









# OLHARES ENTRECRUZADOS:

A REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL SOB O PRISMA DA IMPRENSA

FRANCISCO DAS NEVES ALVES





#### Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista - Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa) Virgínia Camilotti (UNIMEP)

#### Francisco das Neves Alves

# OLHARES ENTRECRUZADOS: A REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL SOB O PRISMA DA IMPRENSA



- 120 -



UIDB/00077/2020







Lisboa / Rio Grande 2026 Ficha Técnica

Título: Olhares entrecruzados: a república no Brasil e em Portugal sob o prisma da imprensa

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 120

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: O PAÍS. Rio de Janeiro, 9 fev. 1911.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2026

ISBN - 978-65-5306-064-7

#### O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

#### ÍNDICE

Um *Charivari* na república: representações da nova forma de governo brasileira nas páginas de uma folha humorística lusa / 9

A república no Brasil como um momento de inflexão do republicanismo português / 45

A gênese e as crises na formação da república brasileira na perspectiva do jornalismo noticioso lisboeta e portuense: o *Diário de Notícias* e *O Comércio do Porto | 7*9

A república em Portugal e a efeméride do 5 de outubro nas representações imagéticas da imprensa ilustrada no Rio de Janeiro: o caso de *O Malho /* 103

A instauração da república em Portugal nas páginas do periódico carioca *O País* / 141

# UM *CHARIVARI* NA REPÚBLICA: REPRESENTAÇÕES DA NOVA FORMA DE GOVERNO BRASILEIRA NAS PÁGINAS DE UMA FOLHA HUMORÍSTICA LUSA

A imprensa portuguesa ao final do século XIX atingia uma etapa de ampla expansão, apresentando um notável desenvolvimento quantitativo e qualitativo, espalhando-se o jornalismo desde à capital Lisboa até as mais longínguas localidades. O noticiário nacional era o mais predominante na abordagem dos jornais, mas, fossem os grandes periódicos diários lisboetas e das maiores comunas, fossem os semanários de outras cidades, ou ainda os mais variados gêneros jornalísticos, não descuravam em apresentar informações do contexto internacional. Nesse quadro, as notícias oriundas do Brasil tinham notável repercussão junto ao periodismo lusitano, fosse pelas raízes históricas que uniam ambos os países, fosse pelos grandes interesses que despertava a colônia lusa em território brasileiro. De acordo com esta característica, a proclamação da República no Brasil despertaria significativos reflexos no seio da imprensa portuguesa, havendo reações normalmente positivas ou negativas na interpretação dos fatos que cercavam essa mudança de forma de governo. Assim, como o 15 de Novembro, os acontecimentos fundamentais que se seguiriam à proclamação, como as crises de 1891 e 1893 também seriam metabolizadas, sintetizadas e apresentadas ao público leitor luso através das páginas de seus jornais.

Refletindo um fenômeno que marcava a evolução da imprensa mundial, nesta ampla rede de informações trazidas à baila pelo jornalismo luso em franca ampliação (ver: Tengarrinha; Pereira; Rocha Martins; Cunha; e Rodríguez), haveria um grande espaço para o desenvolvimento da imprensa caricata, mormente nas cidades de Lisboa e do Porto (observar: Rodrigues; e

Sousa). Uma dessas folhas voltadas à caricatura era o *Charivari* que circulou entre 1886 e 1899 e era editado pela Imprensa Civilização, no Porto (Rafael & Santos. v. 1. p. 154). Tratava-se de um tradicional hebdomadário caricato, com oito páginas, divididas meio a meio entre as dedicadas aos textos e aos desenhos, e voltado a um jornalismo crítico-opinativo, mantendo um norte editorial calcado no humor e na ironia, bem como lembrava seu título o qual fazia alusão a berrarias, tumultos, conflitos e confusões. No que tange às repercussões da mudança na forma de governo no Brasil, o *Charivari* iria apresentar uma série de manifestações discursivas e imagéticas, desde a proclamação em si e perpassando pelas crises advindas do golpe de Estado do Presidente Deodoro da Fonseca e dos focos revolucionários que espocaram no ano de 1893.

Em sua apresentação ao público, o *Charivari* manteve um caráter predominantemente jocoso e irônico como era a marca registrada das folhas humorísticas de sua época. Nessa linha, perguntava: — E esta leitores?! —, tecendo em seguida a consideração: — Ter de vos fazer rir, agora, que os frios do inverno principiam a entorpecer-vos os nervos faciais, dando-vos assim aos rostos o aspecto de *republicanos austeros...* Isto não é tarefa difícil — é camisa de onze varas —; mas que remédio senão fazer das tripas coração, como diz o outro? —. O periódico lembrava a tradição histórica do humor e seu papel na vida em sociedade — Faunos da Antiguidade! Bobos da Idade Média! Arlequins da atualidade!... De joelhos e mãos postas vos imploro! — e pedia inspiração aos mestres da arte de fazer rir: — Cham, Gavarni, Draner, Bordallo, Mars e vós todos,

reis do riso que ilariasteis gerações, vinde em meu auxílio, e com as pontas dos vossos triunfantes lápis varai-me o crânio, e faiscai-lhe dentro uma ciência dos vossos luminosos espíritos!. Finalmente, apelava por uma boa receptividade: – Críticos lusitanos! Imprensa do meu país! Sede benévolos para comigo. Dito, isto, aparo o lápis¹.

No que tange à política, ainda em sua primeira edição, o hebdomadário buscava demonstrar certa intenção de uma suposta neutralidade, destacando, inclusive, que não pretendia se imiscuir nos caminhos desse tipo de discussão, como ao afirmar: — Pondo de parte a política, que nem a todos os nossos leitores pode agradar, tratemos de outro assunto, se outro assunto há neste tempo das castanhas e do vinho novo². Ainda assim, nesse mesmo número inaugural, a folha publicava alguns versos intitulados "O *Charivari* político", no qual declarava: — Neste momento solene/ em que o povo grave e sério/ vai mostrar o seu critério/ em a próxima eleição,/ seria falta inaudita/ não sairmos a terreiro/ indicando o verdadeiro/ pensar nosso na questão —. No prosseguimento da inscrição versada e, mais uma vez com base numa perspectiva bem-humorada, o semanário apresentava a sua perspectiva acerca de cada um dos vários grupos partidários que então se digladiavam no cenário político lusitano³.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 1. N. 1, 13 de novembro de 1886. p. 1.

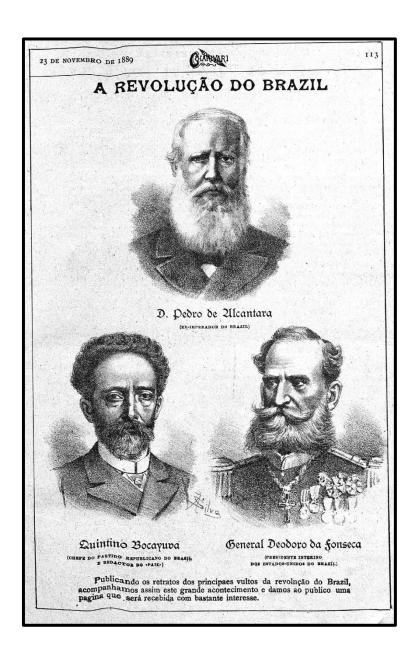
<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 1. N. 1, 13 de novembro de 1886. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 1. N. 1, 13 de novembro de 1886. p. 3. Os versos prosseguiam da seguinte maneira: Dos partidos militantes/ que apresentam suas listas,/ só os bons *sebastianistas*/ devem ser dignos de fé;/ porque, deixem-se de histórias!/ ninguém tem mais elementos/ pra fazer melhoramentos/ nesta *Parvonia do Zé...*// Os progressistas bem querem/ *botar o barro à parede...*/ mas desta feita na *rede*/ é que o *Povinho* não vai!/ Todavia, é de justiça/ que

Seguindo a tendência usual da imprensa lusa como um todo, o *Charivari* apresentou ao público a mudança de forma de governo brasileira, mantendo o seu norte editorial embasado na gravura e no humor. A primeira página da edição de 23 de novembro estampava quadro intitulado "A Revolução no Brasil", com os retratos de D. Pedro de Alcântara – apresentado como "Ex-Imperador do Brasil" –, de Quintino Bocaiúva – Chefe do Partido Republicano do Brasil e redator do *País* – e do General Deodoro da Fonseca – Presidente Interino dos Estados Unidos do Brasil. Segundo a folha, publicando os retratos dos principais vultos da revolução do Brasil, ela estaria assim acompanhando este grande acontecimento e dava ao público uma página que seria recebida com bastante interesse. Apesar da ascensão da República, no desenho do semanário, era a figura do Imperador que encabeçava o quadro, em posição superior aos outros dois personagens<sup>4</sup>.

francamente se diga: /da política esta espiga/ é a que melhor nos sai!// Que também, valha a verdade,/ não são maus os dos arranjos.../ mas têm uns certos marmanjos/ que o nariz fazem torcer!/ Talvez agora emendados/ com as lições recebidas/ tenham mui sábias medidas/ para o Povinho lamber.../ Da república os adeptos/ são do Povinho estimados,/ mas não estão ainda amestrados/ na ciência — Venha a nós!/ Só quem souber mui a fundo/ esta ciência bendita/ poderá gozar a dita/ de encher da pança o cadoz!// Enquanto aos outros partidos:/ constituinte, miguelista,/ e o moderno socialista.../ deixam correr os marfins. Porém, é certo que esperam/ tempos melhores no futuro para em momento seguro/ alcançarem os seus fins!// Ao passo que este partido/ que defendemos aqui,/ e que o bom Charivari/ vos vem hoje apresentar,/ não cessou ainda um instante/ de ser fiel à nação;/ e por D. Sebastião.../há de a todos contentar.// Reformas, coisas e lousas/ em seu nome prometemos!/ Nada de pé deixaremos/ desse progresso infeliz!.../ Avante intrépido povo!/ votai a nossa listinha/ se quereis ver a galinha/ fora do nosso país! (No que se refere ao cenário político-partidário português da época, ver: Mattoso; Peres; Serrão; e Serrão & Oliveira Marques).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 4. N. 15, 23 de novembro de 1889. p. 1.



Na mesma edição, o jornal publicava a matéria "Os mesmos", declarando que caíra o Império Brasileiro e levantara-se a República, destacando que tal notícia não aterrara ninguém, apenas surpreendera a Europa, por não contar com aquela mudança em vida do Imperador. Dizia que o fato fora informado por um telegrama que a *Havas* se dignara a enviar a alguns jornais e banqueiros, interessados na alta e baixa dos fundos públicos. Explicava que isso não bastara para que a imprensa estivesse por aí a moer a paciência à gente, dando ao público novos telegramas, sem que estes adiantassem nada aos primeiros que se receberam e deram o fato do estabelecimento da República no Brasil como consumado. Criticando o próprio jornalismo lusitano na divulgação daquele episódio, o hebdomadário questionava porque todos queriam saber como as gazetas, repisando o assunto, intrujavam perfeitamente os que acreditavam em tudo quanto se achava escrito em letra redonda.

A folha ressaltava ainda que o comportamento da imprensa baseava-se no laconismo dos telegramas recebidos e dera a perceber o modo como as coisas se passaram, pois tal laconismo permitira que cada jornal fizesse uma prosa a seu modo. Explicava ainda que os telegramas, sendo os mesmos, apareceram ao outro dia nos jornais de Lisboa com uma forma diferente, embora dizendo a mesma coisa, de modo que os mesmos foram aproveitados pelos jornais do Porto, como sendo novos telegramas e depois chegavam os jornais espanhóis e lá estava a coisa, a mesmíssima coisa, mas como as palavras eram outras, aproveitaram-se e davam-se aos leitores como novidade. Na mesma linha, descrevia que chegavam os jornais de Paris, de Londres, da Alemanha, e

contavam o que toda a gente sabia; mas, como cada um expunha a seu modo, estes telegramas que se encontravam na imprensa estrangeira, depois de traduzidos, ficavam como novos. Mantendo a linha humorística e de autocrítica ao jornalismo, o semanário afirmava que a imprensa portuguesa prosseguia a dar aos seus leitores novos telegramas do Brasil, sem adiantarem uma única circunstância interessante aos primeiros que se receberam, e arrematava a matéria afirmando: – É que eles são os mesmos. Sempre os mesmos, só com palavras diferentes<sup>5</sup>.

A falta de convicção política, as contradições e mesmos as traições para com a forma de governo decaída eram também retratadas pelo *Charivari* ao apresentar uma caricatura chamada "A chegada do Imperador" na qual um indivíduo de barrete frígio recebia um cabisbaixo Imperador, com o seguinte diálogo: - Olá seu Pedro d'Alcantara!... Passou bem?; - Menos mal, menos mal. Me diga: O sr. não é o Paulo Porto Alegre, antigo cônsul do meu Império?; - Eu mesmo, e continuo a sê-lo, mas da República do Brasil. Antes de tudo sou um

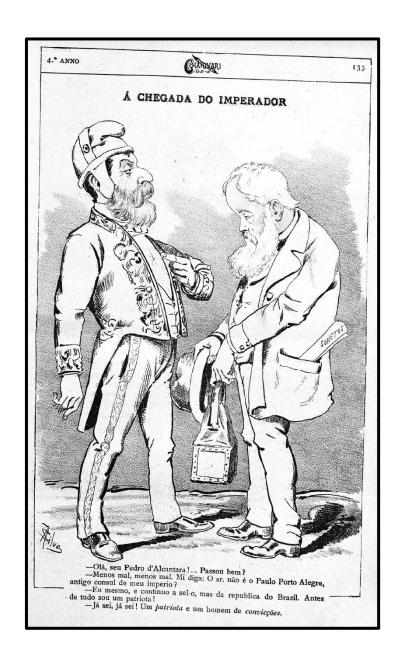
\_

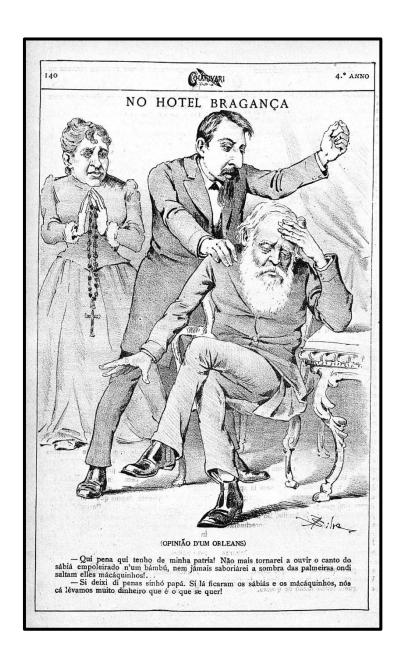
<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 4. N. 15, 23 de novembro de 1889. p. 2. Nessa mesma edição, o jornal publicava versos intitulados "A *rivolta*" nos quais fazia algumas referências às transformações no Brasil: Regalado, como um frade,/ Que de insônias não padece,/E que ao sono bem conhece/ As delícias venturosas.../ Regalado, como um frade,/ Eu gozava um sonho fundo,/ E sonhava que este mundo/ Era todo um mar de rosas!...// Regalado, pois, sonhava/ Regalado, pois, dormia/ E num sonho bom só via/ Coisas belas e gentis!.../ Quando a sopeira, que tenho,/ C'o janeiro descabrita/ E aos ouvidos meus me grita:/ - *Há rivoltas nos Brazis*!... (...) Vendo, enfim, que não consigo/ A fúria minha explodir,/ Deixo o corpo meu cair/ Nos braços de uma cadeira!/ E a moçoila então sorrindo,/ Em sossego, assim me diz:/ *Ó senhor, lá nos Brazis/ Anda grande barulheira!*.

patriota!; - Já sei, já sei! Um *patriota* e um homem de *convicções*6. Outra caricatura foi publicada na mesma edição, apresentando uma conversa entre o Imperador e o Conde D'Eu, assistida pela Princesa Isabel, mostrada de terço à mão e rezando. O título da figura era "No Hotel Bragança – Opinião de um Orleans", e nela o Imperador afirmava: - Que pena que tenho de minha pátria! Não mais tornarei a ouvir o canto do sabiá empoleirado num bambu, nem jamais saborearei a sombra das palmeiras onde saltam os macaquinhos!... Ao que respondia o Conde D'Eu, num arrastado português afrancesado: – *Se deixi di penas sinhô papá. Si lá ficaram os sabiás, e os mácáquinhos, nós cá levamos muito dinheiro que é o que se quer*!7.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 4. N. 17, 7 de dezembro de 1889. p. 6.

 $<sup>^{7}</sup>$  CHARIVARI. Porto. Ano 4. N. 17, 7 de dezembro de 1889. p. 8.



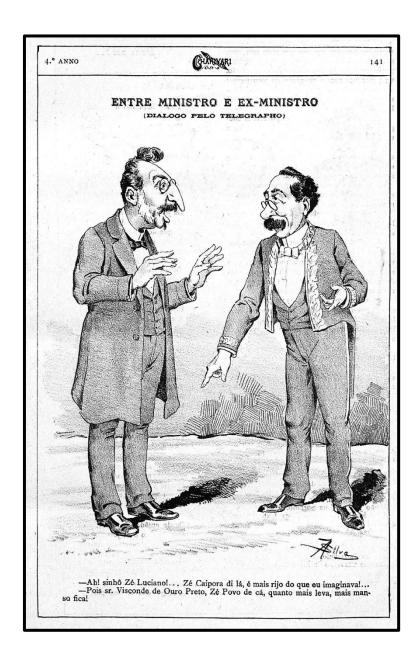


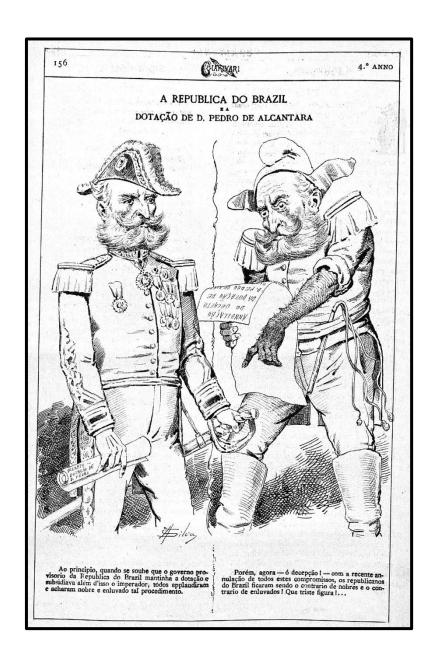
Em outra caricatura acerca da mudança na forma de governo brasileira, o Charivari apresentava uma conversa entre um político brasileiro e outro lusitano, sob o título "Entre ministro e ex-ministro", num "diálogo pelo telégrafo". A conversa era sobre as reações do povo de cada um dos países, dizendo o ex-ministro brasileiro: "Ah! sinhô Zé Luciano!... Zé Caipora de lá, é mais rijo do que eu imaginava!..."; ao que respondia o ministro luso: "Pois sr. Visconde de Ouro Preto, Zé Povo de cá, quanto mais leva, mais manso fica!"8. A controversa questão da concessão de pensão ao derrubado imperador do Brasil também seria retratada nos desenhos do hebdomadário português, caso da figura que mostrava Deodoro da Fonseca com duas feições: uma como magnânimo governante, a outra como um tresloucado bobo da corte. O título da ilustração era "A República do Brasil – dotação de D. Pedro de Alcântara" e a legenda do primeiro desenho era: ao princípio, quando se soube que o Governo Provisório da República do Brasil mantinha a dotação e subsidiava além disso o Imperador, todos aplaudiram e acharam nobre e enluvado tal procedimento; ao passo que a do segundo era: porém, agora - ó decepção! - com a recente anulação de todos estes compromissos, os republicanos do Brasil ficaram sendo o contrário de nobres e o contrário de enluvados! Que triste figura!...9.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 4. N. 18, 14 de dezembro de 1889. p. 1.

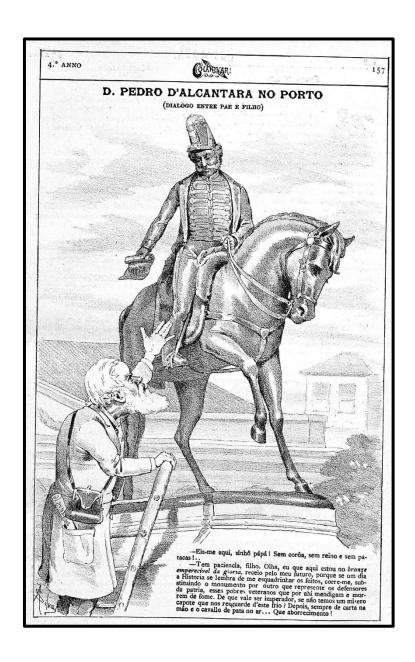
<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 4. N. 208, 28 de dezembro de 1889. p. 4.





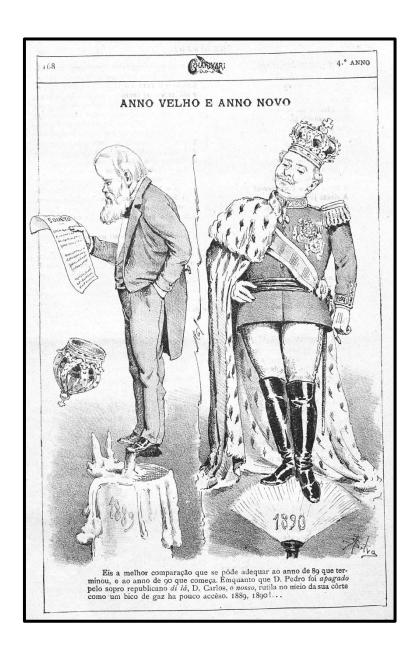
Ainda utilizando-se do recurso da caricatura, o semanário luso mostrava o ex-imperador brasileiro travando uma conversa com a estátua de seu pai, que ganhava vida na imaginação do desenhista. Sob o título "Diálogo entre pai e filho", o jornal apresentava D. Pedro II dizendo: - Eis-me aqui, *sinhô pápâ*! Sem coroa, sem reino e sem patacas!... Ao que seu progenitor, abandonando a impávida postura estatuária, respondia: - Tem paciência, filho. Olha eu que aqui estou no *bronze imperecível da glória*, receio pelo meu futuro, porque se um dia a História se lembra de me esquadrinhar os feitos, corre-me, substituindo o monumento por outro que represente os defensores da pátria, esses pobres veteranos que por aí mendigam e morrem de fome. De que vale ser Imperador, se não temos um mísero capote que nos resguarde deste frio? Depois, sempre de carta na mão e o cavalo de pata no ar... Que aborrecimento?<sup>10</sup>.

 $<sup>^{\</sup>rm 10}$  CHARIVARI. Porto. Ano 4. N. 208, 28 de dezembro de 1889. p. 5.



Já na virada para o ano seguinte, o *Charivari* apresentava uma caricatura cheia de simbologia na qual comparava a situação política de Brasil e Portugal. No desenho, D. Pedro II aparece cabisbaixo, coroa caindo-lhe da cabeça – em clara alusão ao fim da monarquia –, lendo um soneto, sobre o pavio de um vela cuja chama se extinguira. Por outro lado, o soberano português, D. Carlos é representado ascendente, sob um poderoso facho de luz, em plena exuberância de seu poder. A fonte de luz apagada, representava o ano que findava de 1889 e a que brilhava com intensidade, simbolizava o ano nascedouro de 1890. O título da figura era "Ano Velho e Ano Novo", apresentando por legenda: Eis a melhor comparação que se pode adequar ao ano de 89 que terminou, e ao ano de 90 que começa. Enquanto que D. Pedro foi *apagado* pelo sopro republicano *de lá*, D. Carlos, *o nosso*, rutila no meio da sua corte, como um bico de gás há pouco aceso. 1889, 1890!...<sup>11</sup>.

 $<sup>^{\</sup>rm 11}$  CHARIVARI. Porto. Ano 4. N. 21, 4 de janeiro de 1890. p. 8.



Passadas as primeiras impressões sobre a república no Brasil, haveria uma certa tendência de silenciamento do jornal no que tange a incursões acerca da política brasileira, mas tal comportamento mudaria por ocasião das sérias crises que afetariam a jovem república nos seus primeiros anos de existência. Diante da primeira dessas crises, gerada a partir do golpe de Estado perpetrado pelo primeiro Presidente da República, o Charivari logo enxergaria em tais episódios uma iminente possibilidade de desintegração político-territorial do país. Em texto pejado de ironia, sob o título "Os unidos a desunirem" o jornal dizia que o Brasil tomara o nome de Estados Unidos do Brasil, assim como quem diz que aquilo depois da saída do Imperador, chegara a unir-se, arrematando: -Pois, meus caros, os Estados Unidos não unem. Explicava a folha que por mais esforços que se tivessem feito, aquela união parecia-se muito com a desunião, num quadro em que o governo, não podendo unir-se com o Presidente Marechal Deodoro, tanto andara, até que o dito presidente lhe intimou mandado de despejo, como se o governo fosse um inquilino caloteiro e o Presidente um senhorio rabugento. Mantendo o caráter crítico e jocoso, o hebdomadário descrevia os acontecimentos na jovem República Brasileira, destacando que, com um aparato bélico, a prevenir-se para o que desse e viesse, o Marechal Presidente, em pessoa, entrara na sala do congresso e mandara por tudo no andar da rua, num quadro em que ninguém ficara na sala, tudo desfilara pelos corredores afora diante da intimação do dono da casa<sup>12</sup>.

 $<sup>^{\</sup>rm 12}$  CHARIVARI. Porto. Ano 6. N. 23. 21 de novembro de 1891. p. 2.

O tom irônico permanecia na narrativa acerca dos fatos desencadeados a partir do ato presidencial, afirmando o semanário que para evitar que os apeados do poder viessem para a rua fazer-se de espertos, o Marechal fora decretando a lei marcial e ficou-se a ver em que paravam as modas. Analisando as repercussões do golpe de novembro de 1891, o jornal destacava que uns diziam que o Marechal procedera como homem de grande tino, ao passo que outros asseveravam exatamente o contrário. A falta de precisão nas informações do ocorrido no Brasil era também apontada pela folha, ao comentar que os telegramas recebidos todos os dias nem atavam nem desatavam, não se sabendo o que havia, nem o que houvera, nem o que poderia vir a haver, diante do que, cada qual teria à sua disposição a liberdade de fantasiar o que melhor lhe parecesse, porque estava averiguado que os telegramas só davam as notícias que Deodoro da Fonseca muito bem quisesse que se soubesse. Ainda assim, o hebdomadário não se furtava a trazer a público alguns dos boatos então latentes, como ao informar que escapara pela tangente do controle governamental a notícia de que o Pará se declarara independente e que a Bahia lhe seguiria o exemplo. Voltando ao tópico que dera título à matéria, o *Charivari* declarava: - De sorte que a província do Pará está resolvida a desunir a união dos Unidos e que a Bahia, pelo sim, pelo não, lá vai também desunindo. Apesar de reconhecer o caráter de boataria sobre os acontecimentos, o jornal arrematava dizendo que era verdade que outros telegramas posteriores vieram desmentir a notícia daquela desunião, mas isso não impedia que se acreditasse

na possibilidade das desuniões dos Estados Unidos do Brasil, visto como tudo corria de mal para pior desde que ali se estabelecera a República<sup>13</sup>.

Os comentários críticos à situação brasileira seriam retomados em matéria que tinha por título apenas o nome do país que fizera a República a 15 de novembro de 1889, no qual a folha afirmava que o Generalíssimo Deodoro da Fonseca, aquele "grandíssimo general ditador", acabara de dar com as canastras em terra. O mal sucedido golpe presidencial era descrito de forma bem humorada, destacando o periódico que o diabo do homem chegara a imaginar que o mundo se deixaria assim governar a modos de carneirada, e que, acima de um Presidente de República, nada mais existisse, mas contra-argumentava, explicando que se enganara redondamente o Sr. Deodoro nos seus generalíssimos cálculos, julgando que uma nação republicana consentiria as arremetidas de um presidente ditador, com pretensões a rei absoluto. Nessa linha, enfatizava que o Generalíssimo, ao entrar na sala do Congresso e intimar mandado de despejo, cuidou que estava dentro do quartel de algum regimento, manobrando para a direita e para a esquerda, para a frente e para a retaguarda, e que tudo se fazia com a mesma facilidade e sem resistência<sup>14</sup>.

Condenando a atitude presidencial, o semanário português afirmava que uma nação não era um regimento de tropa e o Brasil não era um quartel de soldados, de modo que lhe saíra o gado mosqueiro, o Sr. Deodoro. O jornal não deixava de lembrar os efeitos que aquele golpe poderia trazer à nação

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 6. N. 23. 21 de novembro de 1891. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 6. N. 24, 28 de novembro de 1891. p. 6.

portuguesa, explicando que o pior era que os lusos teriam de sofrer todos a consequência da sua leviandade, uma vez que, com as "providenciais medidas" de. Deodoro, do generalíssimo ditador, do absolutíssimo presidente, o câmbio, que até então se achava a treze e um quarto, passara a não se achar a coisa nenhuma. Em outras palavras, dizia que o câmbio, depois da absolutíssima cabeçada do Sr. Deodoro, baixara até as profundidades do infinito. Diante disso, o hebdomadário considerava justa a derrocada do primeiro presidente brasileiro, destacando que, como Deus não tinha fadado este Deodoro, senão para figurar de Deodoro, acontecera o trambolhão que toda a gente presenciara, pelo qual o pobre Generalíssimo já não era mais o Presidente da República do Estados Unidos do Brasil, nem de outros estados quaisquer. O Charivari arrematava afirmando que o melhor era fazer de conta que o homem morrera, amarrado à generalíssima ditadura e revelava sua posição acerca da mudança da forma de governo brasileira: - Pobre Brasil ! como tu sofres neste momento!... Tão cheio de recursos naturais, encontras-te, como as nações européias, a braços com uma crise de tal ordem que, só muito tarde, poderás debelar, explicando que se a providência aprouvesse afastar da face da terra a mania reformadora, parecia que não se teria passado por tantos desgostos e que se viveria um pouguinho mais feliz<sup>15</sup>.

À mordaz ironia caricatural do *Charivari* não iriam escapar os acontecimentos no Brasil, tanto que ele viria a publicar gravura na qual vários tipos de cidadãos jogavam bolas nos governantes, num quadro em que já

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 6. N. 24, 28 de novembro de 1891. p. 6.

aparecem atingidos D. Pedro II e Deodoro, ambos como alvos derrubados, e o próximo parece esperar a mesma sina. Os diferentes trajes dos indivíduos que usavam os governantes como alvos representavam a insatisfação do conjunto da sociedade para com os mesmos, ao que ficava acrescido que o indivíduo que oferecia as bolas era o "índio-Brasil", antiga e tradicional representação simbólica do povo brasileiro. Tal figura era intitulada, "Coisas do Brasil" e apresentava por legenda: - Desde um certo tempo para cá, observamos que o Brasil nada mais faz do que jogar o *pim, pam, pum*, jogo inocente e inofensivo em que parece não se perder grande dinheiro, mas que afinal vai arruinando muita gente<sup>16</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 6. N. 25. 5 de dezembro de 1891. p. 5.



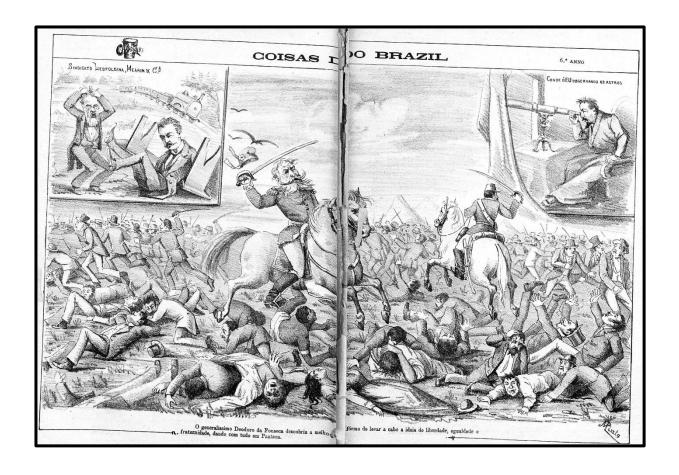
Na mesma edição, o hebdomadário publicava uma poesia bem humorada chamada "O meu amigo Deodoro", descrevendo com graça os acontecimentos recentes no Brasil e apresentando uma perspectiva chistosa acerca do primeiro

Presidente da República<sup>17</sup>. As atitudes autoritárias do marechal-presidente também seriam denunciadas pelo *Chariviari* em gravura mais uma vez intitulada "Coisas do Brasil", na qual aparecia uma espécie de alegoria, na qual Deodoro da Fonseca, a cavalo, junto de suas tropas, espada em riste, promovia verdadeira carnificina do povo brasileiro. Dentre os mortos e feridos, apareciam representantes de diversas categorias sociais, demonstrando mais uma vez que os procedimentos do governante estavam levando à destruição do conjunto da população brasileira. Mais uma vez carregado de ironia, o desenho que buscava demonstrar a aniquilação do povo trazia por legenda a afirmação: - O Generalíssimo Deodoro da Fonseca descobriu a melhor forma de levar a cabo a ideia de liberdade, igualdade e fraternidade, dando com tudo em *Pantana*. <sup>18</sup>.

\_

<sup>17</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 6. N. 25. 5 de dezembro de 1891. p. 6. Eram os seguintes os versos: Ando há muito abananado,/ Ando triste qual cipreste,/ E sou às vezes agreste/ Quer na rua, quer em casa;/ Os sucessos do Brasil/ Dão-me tratos ao miolo,/ Têm-me trazido até tolo,/ Todo me têm posto em brasa.// Quando o velho Imperador/ Nessa nação imperava,/ Era ele que me empalmava/ Toda a minha simpatia./ Eu então era caturra,/ E até tinha por chança/ Ter sido desde criança/ Amigo da monarquia.// Veio depois a revolta/ Do Zé Povo brasileiro,/ E plantou lá no poleiro/ O Deodoro valente./ Desde logo eu, sem rebuços,/ Cheio de um ardor insano,/ Torneime republicano/ Assim como toda a gente.// Esqueci o Imperador/ Desde esse dia, que adoro,/ E tomei ao Deodoro/ Tal tracanaz de afeição,/ Que hoje lamento, choroso/ A negra sorte, o azar,/ Que o fizera agora dar/ Tão medonho trambolhão.// Tem-me custado a passar/ Esta saudade febril;/ As notícias do Brasil/ Todos os dias devoro./ Inda espero ver no trono,/ Qual heróico Bonaparte,/ O bravo filho de Marte,/ O meu amigo Deodoro.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 6. N. 27, 19 de dezembro de 1891. p. 4-5.



Apesar da posse do sucessor direto de Deodoro da Fonseca, o vicepresidente Floriano Peixoto, a continuidade do clima de instabilidade no Brasil não deixaria de ser notada pelo semanário português que mantinha a opinião de que a crise no Brasil poderia provocar a fragmentação política do país. Nessa linha, o jornal perguntava o que teria sido feito do amigo Floriano, daquele substituto de Deodoro da Fonseca? E prosseguia questionando: "Estará de saúde? Estará satisfeito no alto da sua presidência?"; ao que respondia que, francamente, nunca tivera relações com Floriano nenhum. Acerca de um possível esfacelamento da jovem república, o periódico dizia que os Estados Unidos do Brasil teriam de chamar-se dali a pouco "Estados Separados do Brasil", porque, segundo as notícias recebidas, cada província pretendia governar-se independentemente sem necessidade de Floriano de nenhuma espécie. Demonstrando sua posição diante da nova forma de governo brasileira, o jornal afirmava que em tal país estava correndo o sangue da guerra civil, que viria por fim a ser o batismo do sistema por que o Brasil teria de reger-se. Ao mesmo tempo, a folha manifestava a aspiração pelo retorno à normalidade nas terras brasileiras, desejando que em breve se estabelecesse ali a paz de que carecia aquele bom povo brasileiro, afim de que pudesse tirar proveito da imensa riqueza de tão abençoado solo<sup>19</sup>.

Com a deflagração dos focos revolucionários no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, progressivamente o *Charivari* mudaria o tom de suas manifestações acerca do Brasil, havendo poucas referências às revoltas e até certo ponto uma certa austeridade nos seus pronunciamentos acerca de tais fatos. Acerca da Revolta da Armada, o semanário publicaria um retrato de Custódio José de Mello, apresentado como Almirante da esquadra revoltosa no Rio de Janeiro<sup>20</sup>. Era também publicado o texto "O Brasil", no qual o periódico

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 6. N. 29, 1° de janeiro de 1892. p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 8. N. 32, 25 de novembro de 1893. p. 1.

afirmava que não havia coisa nesse mundo mais fácil do que dar conselhos, mas que a grande dificuldade estava em tomá-los. Segundo o jornal, na guerra, em que se encontrava empenhado todo o Brasil, deveria necessariamente haver partidários ferrenhos a favor do Presidente Floriano, assim como deveriam existir muito dedicados ao contra-almirante Custódio José de Mello. A seguir a publicação portuguesa explicava que os acontecimentos bélicos não preocupavam apenas aos brasileiros, mas também à própria nação lusa. Enfatizava, assim que se aquela guerra interessava muitíssimo a todo o Brasil, não se poderia estranhar que esse interesse se estendesse até fora de barreiras e que Portugal seria nela o mais interessado de todos os povos estranhos<sup>21</sup>.

Nesse sentido, o jornal fazia uma síntese acerca dos possíveis riscos que estariam a enfrentar os súditos portugueses em terras brasileiras, destacando que, habituados a considerar o Brasil como um país irmão, havia, além disso, a circunstância de estarem nesse país milhões de portugueses, laboriosos e ativos, procurando encontrar ao fim das suas fadigas um futuro risonho de independência para si e para os seus, que de Portugal os encaravam como a sua mais doce esperança. Segundo a folha, por melhor que fosse a vontade, não se poderia assistir indiferente àquela grande guerra, porque os portugueses traziam o coração constantemente sobressaltado com as consequências imprevistas que ela acarretaria num futuro mais ou menos próximo. Buscando demonstrar uma certa neutralidade diante dos fatos, o hebdomadário defendia que o mais aconselhável seria manter-se a prudência, afim de que não se revelasse

CHADIVADI Dorto Ano 9 N 22 25 do novo

 $<sup>^{21}</sup>$  CHARIVARI. Porto. Ano 8. N. 32, 25 de novembro de 1893. p. 2.

inclinações partidárias a favor de Floriano ou do contra-almirante, uma vez que isso seria simplesmente uma banalidade, e até um contra-senso, porque isso equivaleria a recomendar que não se tomasse interesse pelo bem-estar dos irmãos que viviam na jovem república e pelo próprio futuro de Portugal, a quem afetavam imediatamente todos os movimentos brasileiros<sup>22</sup>.

Ainda na manutenção de uma posição mais austera, o *Charivari* buscava demonstrar que seriam normais as reações da imprensa lusitana diante dos acontecimentos no Brasil, enfatizando que as formas de descrever tais fatos normalmente seriam díspares no que tange à imprensa de cunho monarquista e à republicana. De acordo com o periódico, que uns optassem pela conservação da república e que outros estimassem que se restabelecesse a monarquia, seria tão natural, como o interesse com que eram apresentados todos os pormenores daquela revolução. Na concepção do jornal, nem o Brasil deveria se indispor com Portugal pelo fato, aliás naturalíssimo, de qualquer jornal republicano pugnar pela conservação da república brasileira, ou de um ou outro jornal monárquico advogar como meio de prosperidade o restabelecimento do império. Mas, ao mesmo tempo, o semanário, em nome da defesa dos interesses portugueses, não aceitava que se deixasse de lado os episódios no Brasil, destacando que se as diferentes reações do jornalismo quanto aos sucessos brasileiros eram normais, e estranhava que outros jornais, à falta de assunto para artigo de fundo, estivessem aconselhando o indiferentismo português a

 $<sup>^{\</sup>rm 22}$  CHARIVARI. Porto. Ano 8. N. 32, 25 de novembro de 1893. p. 2.

respeito de um acontecimento que o interessava de perto, o que seria o mesmo que aconselhar o absurdo<sup>23</sup>.

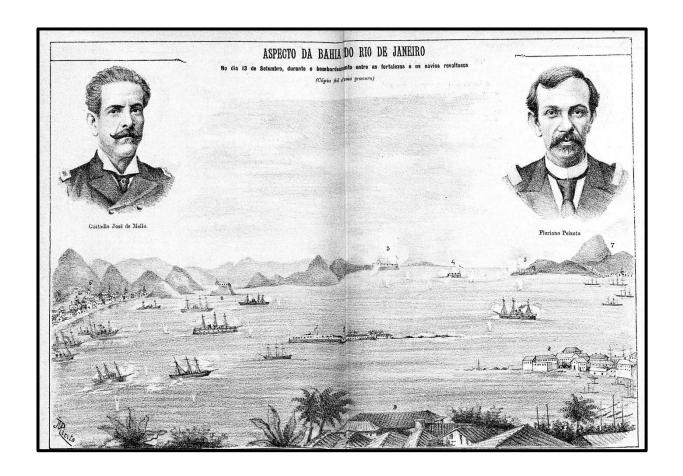
As poucas informações sobre os acontecimentos no Brasil e os constantes cuidados na divulgação dos mesmos levaram o *Charivirari* a fazer poucas incursões acerca da crise revolucionária brasileira. Numa dessas, o jornal apresentava a gravura "Aspectos da Baía do Rio de Janeiro, no dia 13 de setembro, durante o bombardeamento entre as fortalezas e os navios revoltosos", acima da paisagem, apareciam os retratos de Custódio de Mello e Floriano Peixoto, revelando a tendência de personalização do conflito no Brasil<sup>24</sup>. Intentando manter o caráter meramente informativo, o semanário dizia que a guerra em que o Brasil se achava empenhado há tanto tempo, tem prendido a atenção de todos os portugueses, uma vez que Portugal sofria e muito com a continuação daquele mal-estar dos brasileiros, porque estava ligado àquela nação por estreitos laços de confraternização e por interesses recíprocos<sup>25</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 8. N. 32, 25 de novembro de 1893. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 8. N. 34, 9 de dezembro de 1893. p. 4-5.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 8. N. 34, 9 de dezembro de 1893. p. 2.

# OLHARES ENTRECRUZADOS: A REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL SOB O PRISMA DA IMPRENSA



Diante disso, o *Charivari* justificava que vinha sempre procurando tratar os assuntos que mais impressionavam o público, e estaria a cometer uma gravíssima falta, se não desse conhecimento aos seus leitores dos principais personagens que figuravam na guerra do Brasil, assim como se não apresentasse um desenho o mais perfeito possível do local onde se estava

passando tal fato. Nessa linha de auto-justificativa e circunspecção, a folha descrevia o desenho do Rio de Janeiro estampado à página central e argumentava que se ainda assim fossem encontradas algumas pequenas faltas, esperava que as mesmas lhe fossem reveladas, atendendo à sua boa vontade em dar um trabalho perfeito. Nesse sentido, a folha manifestava que, ao menos apresentando o desenho que se via na página central, buscava demonstrar a significância e o interesse que tinha pela paz nas terras de Santa Cruz, não tanto pelas dificuldades financeiras e econômicas que a revolução estava causando a Portugal, como principalmente pela vida de milhares de portugueses que estavam sujeitos às contingências desesperadas daquele meio<sup>26</sup>.

O conjunto das reações da folha humorística portuguesa acerca da mudança na forma de governo no Brasil refletiam uma certa insatisfação para com tal fenômeno. Ao contrário de vários dos caricatos lusos, o *Charivari* revelava em seus textos e desenhos um certo mal-estar para com a República no Brasil. Nesse sentido, o jornal, após apresentar a transformação política brasileira com o natural bom-humor que o caracteriza, tão logo, surgiram as crises, começaria a demonstrar que os males pelos quais esse país estaria passando advinham da implantação da República. Logo após o golpe de Deodoro, o periódico destacava que tudo "corria de mal a pior" desde a modificação na forma de governo no Brasil, ou ainda que, apesar de suas enormes potencialidades e riquezas, ele sofria com dificuldades tão grandes que talvez não pudesse debelá-las, tudo isso oriundo da "mania reformadora" como

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> CHARIVARI. Porto. Ano 8. N. 34, 9 de dezembro de 1893. p. 2.

denominou o acontecimento de novembro de 1889. Mais adiante, o hebdomadário apontaria a queda da Monarquia como causadora dos riscos de esfacelamento territorial que passava o Brasil, ligados ao espocar das guerras civis, que constituiriam o "batismo do sistema que o país escolhera para regerse". Só com o aprofundamento da crise revolucionária, o jornal refrearia seu teor crítico quanto às transformações institucionais ocorridas na sociedade brasileira.

Assim, as construções discursivas estabelecidas pelo *Charivari* acerca da formação republicana no Brasil tiveram dois momentos bem demarcados. Nos primeiros tempos após a proclamação da República, o jornal manteria seu norte editorial calcado na graça, no tom jocoso e na ironia. Ainda assim, os textos e caricaturas mostravam uma certa identidade com a figura do Imperador decaído, destacando-o em situações difíceis, mas apresentando-o como uma espécie de vítimas das circunstâncias, destronado, atraiçoado e prejudicado por muitos dos que estavam à sua volta, vistos pela folha como aproveitadores. Na primeira grave crise da República Brasileira, advinda do ato presidencial de novembro de 1891, o semanário manteria sua posição crítico-opinativa e estabeleceria sérias censuras a tais fatos, apresentando-os como os nefastos efeitos da mudança político-institucional brasileira. Entretanto, com o agravamento das crises e a deflagração revolucionária, o *Charivari* alteraria diametralmente seus posicionamentos e, contrariamente ao espírito que normalmente regia as publicações caricatas, adotaria uma postura de austeridade e até de moderação em relação às notícias vindas do Brasil. Tal

transformação de conduta ligava-se essencialmente à grande preocupação do jornal em evitar maiores prejuízos à grande colônia portuguesa em terras brasileiras a qual já estava a sofrer alguns dos efeitos da xenofobia antilusitana. Ainda assim, ficava expressa a noção do jornal de que aquela mudança de forma de governo fora um erro que estaria a ameaçar o território e as instituições nacionais, de modo que o periódico caricato levou à sociedade lusa a sua perspectiva acerca dos fatos ocorridos no Brasil, ou seja, aproveitando-se do trocadilho, de que a vida brasileira, após a República, transformara-se num verdadeiro "charivari"<sup>27</sup>.

### Referências bibliográficas:

CUNHA, Alfredo da. *Relances sobre os três séculos do jornalismo português*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, s/data. v. 6.

PEREIRA, A. X. da Silva. O jornalismo português. Lisboa: Tipografia Soares, 1895.

PERES, Damião. *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1935. v. 7.

RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2001.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Publicado originalmente em: *Historiæ*. Rio Grande: FURG, 2010, v. 1, n. 2, p. 61-84.

## OLHARES ENTRECRUZADOS: A REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL SOB O PRISMA DA IMPRENSA

ROCHA MARTINS. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941.

RODIGUES, Paulo Madeira. *Tesouro da caricatura portuguesa (1856-1926)*. Lisboa: Círculo de Editores, 1979.

RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 351-396.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – o terceiro liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986. v. 9.

SERRÃO, Joel & OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900).* Lisboa: Editorial Presença, 2004. v.10.

SOUSA, Osvaldo Macedo de. *História da arte da caricatura de imprensa em Portugal*. Lisboa: Humorgrafe; SECS, 1998.

TENGARRINHA, José Manuel. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

# A REPÚBLICA NO BRASIL COMO UM MOMENTO DE INFLEXÃO DO REPUBLICANISMO PORTUGUÊS

O desaparecimento da monarquia no Brasil trouxe consigo reflexos que se fizeram sentir do outro lado do Oceano Atlântico. A mudança ocorrida naquele 15 de novembro de 1889 provocou significativas repercussões na Europa e mais incisivamente em Portugal. As relações históricas e as tradições em comum somadas aos interesses socioeconômicos daquele final de século, mormente representados pela representativa colônia lusa em terras brasileiras e o envio de finanças oriundo da mesma, faziam com que a atenção para com os destinos brasileiros se decuplicasse no âmbito lusitano. A transformação da forma de governo no Brasil em seguida viraria verdadeiro mote para o acirramento das disputas entre as forças políticas defensoras do *status quo* português e os grupos reivindicatórios antimonárquicos. Nesse sentido, o movimento republicano luso teve na transição política ocorrida nos trópicos um catalisador de suas ações, afinal, se os Bragança tinham caído na América, o mesmo poderia ocorrer também no contexto europeu e a imprensa republicana daria ampla vazão a tal pensamento.

Na última década dos Oitocentos, a sociedade portuguesa passava por uma grave crise conjuntural que a afetava em suas mais variadas esferas, predominando um espírito de saudosismo e de insatisfação. As saudades dos tempos de outrora traziam as recordações de Portugal como uma nação hegemônica que dominava mares e continentes, mas que, com o passar dos séculos, e dos rearranjos no cenário internacional, perdera espaço progressivamente, até tornar-se um Estado de parcos recursos, subjugado aos interesses de outras potências que alastravam seu poderio pelo mundo. Já os

descontentamentos advinham da percepção de que toda aquela riqueza do passado esvaíra-se, resultando em um país empobrecido e com escassas condições de almejar os caminhos de progresso atingido por outras nações, além do fato das possibilidades de ascensão social ser quase nulas para a maioria dos seus cidadãos. Na mesma época, Portugal passava por uma crise ampla e gravíssima que atingia o país nos mais variados setores e contribuía para o enfraquecimento da sobrevivente forma monárquica de governo.

Esse contexto de crise favoreceu o avanço do republicanismo português. Mesmo que o ideário antimonárquico fosse razoavelmente pretérito, "só em meados do século XIX" foi que ele "surgiu como doutrina claramente expressa e com repercussão popular". Um "grande impulso ao surto do republicanismo em Portugal saiu da geração de 1865-1870", até que "a fusão das várias correntes e centros possibilitou um Partido Republicano Português" que participou em "eleições regulares para os cargos partidários, servido por uma imprensa sempre crescente e combativa". Tal partido "foi gradualmente tecendo uma rede de organizações à escala local" através de "comissões municipais, clubes e centros", por todo o país, mantendo "uma intensa ação de propaganda", com comícios, conferências, participação em eleições, publicações de toda a ordem, cursos de instrução para crianças e adultos, iniciativa de comemorações históricas e patrióticas, além de "um constante recrutamento de sócios" (OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 239-241 e 244-245).

Nesse sentido, "a geração de 1865/1870 em Portugal, ao contrário daquela que no início do século XIX ensaiara alguns modestos avanços em direção ao

republicanismo, conseguiu se organizar um pouco mais". Assim, "em 1876 foi constituído o Diretório do Partido Republicano de Portugal", dois anos depois, "era eleito o primeiro deputado republicano para as Cortes e, em 1887, o Partido Republicano já mantinha quatro jornais diários e dezenas de semanários", bem como "muitas aulas e gabinetes". A ação do imperialismo britânico na África portuguesa acirraria as tendências antimonárquicas, de modo que "os movimentos republicanos subsequentes", como "a revolução de janeiro de 1891 e outra", já no início do século XX, "não foram eficientes para derrubar a monarquia, mas deixaram à mostra fissuras que as bases do regime monárquico vinham apresentando desde o último quartel" daquela centúria, acabando por culminar com a desagregação definitiva da monarquia lusa, em outubro de 1910 (BRANCATO, 2007, p. 93-94).

Durante vários anos, "nos campos jurídico, econômico e ideológico, os republicanos" pugnaram "pela extinção das estruturas, hábitos, ideias e comportamentos que consideravam como resquícios do Antigo Regime". Esse "republicanismo voltou a se afirmar, nos finais do século" XIX, "no plano programático e propagandístico, como um 'social-republicanismo' que pretendia demarcar-se do liberalismo extremo e dos socialistas revolucionários". Os republicanos não se afirmavam como um bloco monolítico, de modo que seu "percurso não foi linear, nem despido de contradições e lutas internas". A expropriação do território colonial luso pelos britânicos aguçou o ideal republicano que se "integrava numa onda movida" pelo espírito "nacionalista acentuado pela desilusão de uma grandeza imperial tão cruamente posta em

cheque". Nesse quadro, "os republicanos tinham a certeza de que toda esta torrente patriótica acabaria por desaguar na única solução capaz de resgatar o vilipêndio e de dar corpo ao renascimento da pátria e do seu império", através da mudança na forma de governo (CATROGA, 2000, p. 58-59, 61 e 77).

Dessa maneira, no início dos anos noventa, "o republicanismo assumiria o caráter de uma tomada de consciência nacional - e nacionalizante - da necessidade de modernizar o ideário liberal" (SERRÃO, 2000, p. 292-293). Nessa conjuntura, o Partido Republicano teve no ultimato e na "atitude da monarquia portuguesa" diante de tal acontecimento, os pontos de inflexão "que mais decididamente concorreram" para o seu "definitivo desenvolvimento" (FERREIRA, 2000, p. 294). A partir dessa ação imperialista britânica, passou "a forjar-se, à margem dos cenóbios doutrinários usuais, uma nova geração republicana menos crente na pedagogia ordeira e mais apostada nos lances da sublevação". Surgia "uma nova camada de militantes, mais decididos a romper com os processos convencionais de enfrentamento político", vindo a despertar a "geração absolutamente ativa" (HOMEM, 1990, p. 43-44), ou seja, "de propagandistas 'ativos', em franca dissidência com os métodos puramente eleitoralistas, verbalistas e pacíficos, até então em voga", originando-se "um jornalismo de combate, sobretudo identificado com círculos estudantis invulgarmente audazes" (HOMEM, 2000, p. 274).

No contexto lusitano, o avanço do movimento republicano se daria "ao abrigo de dois mitos". Um deles era "o da pátria decadente, 'à beira do abismo', conduzida pela monarquia 'à ruína e à desonra'". O outro era "o da possibilidade

do ressurgimento" do país "com novas instituições, iniciado pela geração de 1890 e desde essa data". Segundo tal concepção, "a decadência da pátria deverse-ia, sobretudo, a múltiplos fatores morais, todos eles incorporados na monarquia", tais como "o jesuitismo, a 'corrupção moral', o servilismo, os 'preconceitos e os privilégios das castas' e outros conceitos mais ou menos vagos, difundidos e partilhados pela opinião pública". Dessa forma, "o Partido Republicano definia-se muito mais pelo que não era do que pelo que era", sendo contrário a elementos como "a monarquia, a Igreja, a corrupção e os grupos oligárquicos". Entretanto, "o seu programa mostrava-se muito vago na afirmação de realidades positivas" e tal fenômeno acabaria por ser inevitável, tendo em vista "a filiação heterogênea dos seus membros", uma vez que, "se o grosso se compunha de representantes da classe média, não faltavam proletários e até camponeses, de interesses contraditórios com os daquela", além disso, "aristocratas idealistas ou despeitados militavam nas suas fileiras" (OLIVEIRA MARQUES, 2000, p. 292-293).

Com a república no Brasil, os republicanos lusos passaram a atuar "alimentando luta cerrada contra" os monarquistas, aproveitando "para urdir, a propósito da revolução brasileira, fortes ataques aos governos monárquicos e à sua política". Junto à "opinião pública portuguesa, face ao Brasil República," era ressaltado "o confronto ente dois tipos de posições que, a partir de determinada altura, se tornaram irredutíveis". Um deles era "o desejo, por parte dos republicanos, de emancipação e sucesso do novo regime político brasileiro", vindo a afrontar "às críticas sobre a forma e o momento em que foi implantada a

república e consequente deposição do imperador". Entretanto, "tal viragem" era "tida pelos monárquicos portugueses como uma autêntica 'inversão histórica' do Brasil". Em tal antagonismo salientava-se "ainda o desassombro demonstrado pelos republicanos" lusos, refletindo "já um fervoroso empenho na propaganda que soava como 'solução da pátria moribunda'". Nesse quadro, eram "frequentes as acusações à família política monárquica da vontade sebastianista do regresso à situação anterior ao 15 de Novembro de 1889" (GONÇALVES, 2007, p. 118 e 128).

Desse modo, "em Portugal verificou-se um recrudescimento da propaganda republicana que tinha no Brasil um exemplo positivo". Assim, "o ideário republicano deste país invadiu a publicidade das ideias" a partir das quais ficou demarcada "a sua influência" trazendo "como consequência a sua consolidação em Portugal" (BARBOSA, 2002, p. 181). Nesse sentido, ao final do século XIX, quando "a decadência geral" mais se evidenciava, o republicanismo luso, "de olhos postos no exemplo revolucionário vindo do Brasil em 1889", abandonaria "a sua estratégia doutrinária" e enveredaria "por uma fase bélica, propondo a força das armas como solução derradeira para resgatar a pátria" (GOMES, 2010, p. 164). A imprensa republicana portuguesa, em plena expansão naquela virada de século serviria como impactante elemento difusor do ideário antimonárquico. Tal qual uma visão espelhada, os jornais republicanos olhavam para o Brasil e comentavam sua transformação, mas, através de um olhar espelhado, viam a sua própria nação.

O 15 de Novembro de 1889 traria o significado de um marco simbólico e "constituiria verdadeiro motivo de júbilo" para as "publicações republicanas portuguesas", as quais "passaram a desenvolver uma série de estratégias discursivas no sentido de aprofundar os questionamentos e as críticas ao *status quo* lusitano daquele final de século". Nesse sentido, "encarada como uma 'festa republicana', a mudança institucional brasileira se transformaria em verdadeiro mote essencial à construção discursiva entabulada pelo republicanismo" luso por meio da sua imprensa, "buscando criar um clima de otimismo e euforia" para com aquilo que consideravam como uma vitória; promover um "conflito discursivo ao combater ardorosamente as ideias expressas por meio das folhas monarquistas"; e, o mais fundamental, "demonstrar que aquela jovem república deveria servir como um exemplo a ser seguido pela sociedade portuguesa" (ALVES, 2012, p. 108), intentando desmentir cada um dos argumentos lançados pelos jornais antirrepublicanos e valorizar a forma republicana em detrimento da monárquica.

A "festa republicana" advinda da transição institucional brasileira foi traduzida muito a contento nas páginas de uma das mais importantes folhas republicanas lusitanas, *O Século*. A primeira notícia publicada pelo jornal veio na forma de uma nota telegráfica: "República proclamada sem conflitos", mas, já na edição seguinte, a exultação tomava conta do periódico, que chegava a utilizar-se de letras garrafais, no formato de uma "manchete", recurso muito pouco usual à época, para refletir a relevância do evento abordado. De acordo com tal espírito, a folha afirmava que acabara "de ser finalmente proclamada a

república no Brasil", de modo que "ao império, tornado impossível e intolerável ao generoso povo brasileiro", sucedera "a política instituição dos homens livres, a pura democracia". Declarava ainda que naquela terra onde havia pouco "se proscrevera a condição servil das raças africanas", não poderia "continuar por largo tempo a consagrar a servidão política ao arbítrio supremo de um ditador dissimulado nas enganosas aparências da soberania constitucional" (O SÉCULO, 16 nov. 1889, p. 1; 17 nov. 1889, p. 1).

Uma das questões mais exaltadas pelas folhas republicanas, destacando que a monarquia deixara de existir no contexto americano, foi também abordada por O Século, ao exclamar que se expungira "finalmente da carta do Novo Mundo aquela mácula, que infamava, com uma exceção contranatural e odiosa, a civilização da América", de maneira que fora obliterada "a tradição, que ainda vinculava uma vasta região americana, à sujeição monárquica de uma família privilegiada". Lembrando a Doutrina Monroe, o jornal explicava que "o antigo presidente" formulara havia "muitos anos o princípio de que a América" só pertencia aos americanos e complementava tal ideia, enfatizando que, "na concisa expressão deste aforismo" ia "naturalmente consubstanciado o pensamento de que a América, a terra da virgem e grandiosa natureza, a terra do futuro, a segunda pátria da civilização na humanidade", não poderia "consentir as decrépitas instituições, os preconceitos sociais e as abusões oprobriosas, que na velha Europa encadearam durante longos séculos" e ainda dominavam "com afrontosa supremacia os destinos na maior parte das nações" (O SÉCULO, 17 nov. 1889, p. 1).

Referindo-se à conjuntura lusa, O Século dizia que, exatamente na mesma hora na qual ascendia um soberano em Portugal, "os brasileiros menos crentes nos benefícios das dinastias, e menos fervorosos em associar-se à sua fortuna", haviam deposto "do seu trono o imperador". De acordo com o periódico, "os brasileiros estavam desde muito cansados de ser súditos", já que "na América não poderia haver mais do que cidadãos", num quadro pelo qual "o Partido Republicano crescia assombrosamente por todas as províncias do Brasil" e, em "todas as categorias sociais, desde as mais subidas às mais obscuras, engrossavam diariamente as fileiras da república". Comparando as contingências luso-brasileiras, a publicação republicana destacava que "os brasileiros, ou os portugueses da América, mais esforçados ou mais favorecidos, mais briosos ou mais felizes do que os seus irmãos da Europa", conseguiram "implantar nas terras de Santa Cruz a suspirada instituição". E complementava a asserção, afirmando que se ainda não fora fundada a república em Portugal, ao menos poderia ser dito "com nobre orgulho, que desta velha e viciosa instituição pátria veio afinal a desentranhar-se além dos mares uma nova democracia, a cuja sombra" alcançaria "desenvolver-se e prosperar na sua riqueza e na sua cultura o generoso povo brasileiro" (O SÉCULO, 17 nov. 1889 p. 1).

Também mantendo o espírito antimonárquico, a *Aurora do Minho* noticiava que "as primeiras notícias no Brasil surgiram em Portugal como uma bomba de dinamite", causando "em todo país admiração", assim como "em todas as nações civilizadas, que não esperavam tão cedo uma reação enérgica da democracia contra a aristocracia — o embate da república contra o império". A

folha também traçava o paralelo entre os dois países, afirmando que, enquanto "Portugal saudava com fervor o nascimento de mais um infante – um esteio da realeza e um consumidor do cofre nacional", no Brasil "baqueava desastradamente do trono um ramo anoso da árvore de Bragança". Destacava ainda que, "no mapa vastíssimo da América", fora rasgada a "última página da história de uma monarquia, que vivera isoladamente no meio das repúblicas prósperas do Novo Mundo" para a qual despontava "um futuro auspicioso", já que, "naquele vasto império, chispava o fogo latente que devia fazer um dia grande explosão", destruindo "em estilhaços a monarquia, e formando dos seus restos uma república nova e florescente" (AURORA DO MINHO, 24 nov. 1889, p. 1). Com abordagem próxima, o *Correio de Alcobaça* fazia referência à "sedição que acabara de derrubar um trono decrépito", o qual estaria havia "tanto tempo condenado à ruína pela grande massa liberal do império", que se encontrava "revolta, por não poder encarar com desprendimento a submissão cada vez mais acentuada dos futuros imperantes aos princípios de uma seita religiosa", inaceitável aos "progressos intelectuais" da época e contrária "aos mais sagrados direitos do homem pensante e livre" (CORREIO DE ALCOBAÇA, 24 nov. 1889, p. 2).

Para a imprensa antimonárquica lusa, a república trazia por significado o progresso e a adaptação aos novos tempos vividos pela humanidade. Nesse sentido, *O Século* dizia que tinha "plena fé que o Brasil" entraria, "finalmente, num período de revivescência" que o faria "acompanhar a prosperidade e o engrandecimento das repúblicas vizinhas, das quais, em Portugal", se fazia "um

juízo muito errado, muito fora da verdade histórica e dos acontecimentos palpitantes" da época. Para o jornal, "republicano, o Brasil já não poderia considerar-se um país isolado no seio da América, representando as velharias monárquicas que, na Europa", só vinham concorrendo "para o retrocesso político e para a tirania mansa exercida no espírito timorato e irresoluto das massas populares". No mesmo diapasão, afirmava que, "republicano, o Brasil apressaria o advento da república portuguesa, porque os irmãos d'além-mar" haveriam de "fazer causa comum com o movimento democrático" que se acentuava no âmbito lusitano, e que era "preciso fazer crescer para que a honra e a independência de Portugal" não corressem "o risco de afundar-se no mar eminente de uma bancarrota que a monarquia" vinha havia "muito traiçoeiramente preparando". Como em um brado, a folha exortava que levantassem o seu protesto e se emancipassem "da tutela realista todos que tinham interesses ligados à boa terra portuguesa, explorada" havia "meio século por um constitucionalismo gêmeo daquele" que os brasileiros tinham acabado "de expulsar, gloriosa e heroicamente, do seu território colossal e majestoso" (O SÉCULO, 26 nov. 1889, p. 1).

Buscando difundir a ideia de um republicanismo internacional, o jornalismo republicano português adotava o caso brasileiro como uma lição que deveria reproduzir-se pelo mundo, notadamente no que tange a Portugal, servindo o 15 de Novembro como um fomentador da expansão do ideal antimonárquico. Assim, segundo *O Século*, uma revolução que principiava e levava "a cabo a sua obra sem sangue e sem retórica", constituía um movimento

que poderia transformar "o viver e as condições da sociedade sem a ferir nem abalar". Considerava ainda que aquela fora "uma revolução digna do aplauso universal dos homens livres", servindo como "um modelo" diante do qual "os povos encadeados ao cepo das velhas instituições" deveriam "profundamente meditar". O aplauso permanecia, com a constatação de que "a revolução brasileira" começava "por ostentar-se incruenta e empenhada na pacificação e na concórdia das províncias e dos cidadãos, assegurando a umas a autonomia, sem rompimento da mística unidade nacional, e aos outros a liberdade e as garantias da paz, da ordem e do trabalho", à medida que "o povo, o exército, a armada" decretaram "a abolição do regime imperial e a deposição da dinastia de Bragança" (O SÉCULO, 24 nov. 1889, p. 1).

A perspectiva do olhar espelhado ficava evidente, já que o mesmo periódico afirmava que "o terror monárquico" iria "povoar de sonhos tétricos a mórbida imaginação" daqueles que se reputavam "como vencidos, ou ameaçados em Portugal, só porque uma nova monarquia desapareceu do mapa onde estavam delimitados os feudos e morgados das ambiciosas dinastias". De acordo com o jornal era "desculpável o desgosto" dos que prezavam "acima da liberdade, o título humilhante de vassalos", mas exclamando que não seria "lícito moralmente a gente discreta e pensadora, invocar a inverosimilhança e o absurdo como seus auxiliares na suspirada demolição da nascente república americana. O caráter pedagógico da transformação brasileira também ficava evidenciado, de modo que *O Século* declarava que "a vitória da república" naquela "forte nação", que seria "filha dileta e primogênita de Portugal", serviria

para ensinar "aos republicanos portugueses, como a fé ardente na pura democracia, a perseverança na pregação, a discrição aliada à fortaleza, a disciplina com plena consciência, a porfia sem temeridade e a moderação sem tibieza", poderiam, "auxiliadas pelos erros da monarquia e pela corrente republicana" que ia "arrastando no seu curso as decrépitas instituições", vir a "reproduzir um dia noutros climas o grande acontecimento do Brasil" (O SÉCULO, 24 nov. 1889, p. 1).

Na mesma direção se colocava *A Sentinela da Fronteira* ao noticiar que estava "proclamada a república no Brasil", declarando que "o povo brasileiro, irmão de raça, pelo idioma, pelas tradições e pelo temperamento", acabara "de dar ao mundo um grande exemplo e de praticar um ato nobilíssimo de patriotismo e de justiça", o qual deveria ser seguido por Portugal. A publicação destacava ainda que "os monárquicos reconheceram por fim que não podiam por mais tempo lutar contra a democracia" e todos deveriam aprender com "esta grande lição". A folha portuguesa, em tom de exortação, encerrava com palavras de ordem que bem definiam sua oposição ao regime vigente em Portugal: "A monarquia é uma afronta para os povos livres. Hurra pelo Brasil! Viva a república! Abaixo a monarquia, que é o governo dos corruptos!" (A SENTINELA DA FRONTEIRA, 23 nov. 1889, p. 2).

O Povo de Aveiro, por sua vez, considerava a "proclamação da república" como um fato com que deveriam "exultar todos os republicanos portugueses", destacando que, "pelo lado patriótico", consolava o fato de "que um povo da raça lusa" compreendesse e executasse "tão resolutamente os deveres" impostos pela

"civilização moderna". Argumentava ainda que, "pelo lado partidário, atendendo às íntimas relações de todas as categorias" existentes entre Portugal e Brasil, tal transição iria "influir de um modo notável sobre o desenvolvimento das ideias democráticas" no contexto lusitano. Apontava assim que teria se dado um "duplo motivo de júbilo" para aqueles que ansiavam "por uma nova era de esplendor e progresso para a infeliz nação lusa, tão abatida e tão explorada pelo ciganismo monárquico". Na opinião do jornal, com a monarquia, "o Brasil permanecia num deplorável estado de atraso relativamente às repúblicas vizinhas" diante do que, o povo resolvera "de vez manter o seu direito de que fora esbulhado", expulsando "do trono os usurpadores da soberania da nação". Assim, saudava "a república e com ela uma nova etapa no caminho luminoso da civilização" (O POVO DE AVEIRO, 24 nov. 1889, p. 1).

Ao encontro de tais ideias, expressou-se *O Alenquerense*, apontando a transformação institucional brasileira como "o fato culminante que prendia todas as atenções", de modo que "em toda a vastíssima região do Novo Mundo" imperava "a forma de governo democrática". No sentido da lição promovida pelo Brasil, o periódico felicitava "a nação irmã pela sua libertação definitiva, pela conquista final da sua emancipação", desejando que os lusitanos aprendessem com aquele "rasgo de energia máscula a sacudir o jugo" que lhes aviltava, "de uma oligarquia sem pudor, nem consciência". Para o jornal, dera-se "a reforma ao decrépito imperador", o que fora uma "bela lição para o Partido Republicano Português, já tão forte, tão unido, tão disciplinado", bem como um "grande estímulo" para a continuidade da "luta contra as instituições caducas", que

levavam "o melhor da seiva" nacional e corrompiam "no mais íntimo dos sentimentos" do povo. Destacava que "o Partido Republicano Português" exultava "pelo triunfo que alcançaram os seus correligionários brasileiros", fazendo "votos pela consolidação e prosperidade da sua nova república" e felicitando "os republicanos brasileiros pela sua gloriosa vitória", que despedaçara "um trono sem sacrificar uma única vida". Lançando mão do sentido exclamatório de que eram imbuídas as palavras de ordem, a publicação bradava: "Hurra! Pelo Partido Republicano brasileiro! Hurra! Pela ventura e prosperidade da grande nação irmã!" (O ALENQUERENSE, 21 nov. 1889, p. 1).

Outra dentre as mais significativas publicações lusas de cunho republicano, *Os Debates*, também lançou mão do dispositivo gráfico das letras garrafais, em formato de "manchetes" para divulgar a república no Brasil e reforçou afincadamente o pressuposto de que a mudança brasileira deveria constituir um modelo a ser seguido por Portugal e pelo mundo. Ao referir-se à transformação institucional brasileira, o periódico qualificou-a como um fato "da mais subida importância na ordem social e política e de um extraordinário alcance para a vida interna e externa da nacionalidade portuguesa". Utilizando-se da história, a folha citava as revoluções brasileiras, nas quais fora "proclamado o credo democrático e hasteada a bandeira republicana", mas todas teriam sido submetidas de "maneira tirânica" pelo governo monárquico (OS DEBATES, 16 nov. 1889, p. 1-2; 17 nov. 1889, p. 1).

Insistindo no tema recorrente, este mesmo jornal republicano considerava o caso brasileiro como "eloquente lição aos que, tripudiando sobre

os restos desta pobre nação portuguesa, tão desmembrada pelos egoísmos monárquicos, tão desonrada pelos bandoleiros da corte", julgavam que não teria "fim a sua orgia dissoluta e porca", e apregoavam, "no desvairamento do vício, a decadência e o esfacelamento do Partido Republicano". Em tom ameaçador, o periódico desafiava os adversários a esperar "o ajuste de contas" que iria chegar, não devendo eles folgar tanto, pois estaria "prestes a bater a hora histórica das mudanças dos destinos". Na mesma linha, declarava que, em termos de "propaganda republicana, um padrão de glória para aquele nobilíssimo povo", os portugueses tinham "muito de aprender com os brasileiros" e explicava que "a monarquia brasileira era uma vergonha no meio das florescentes repúblicas do rico e belo continente americano" e que finalmente caíra, "e com ela a melhor das amarras da monarquia portuguesa" (OS DEBATES, 16 nov. 1889, p. 1-2).

Tal tese também se fez presente nas páginas do periódico *O Fura-Vidas*, segundo o qual era "um fato consumado o estabelecimento da república nos Estados Unidos do Brasil", pois os "irmãos d'além-mar, com uma rapidez assombrosa" e "com um sangue frio sem exemplo nos anais da história, depuseram a forma monárquica e fundaram a republicana no pequeno espaço de poucas horas", e tudo "sem distúrbios, sem sangue, sem comoções de terror, mas antes no meio de uma alegria frenética de entusiasmos e vivas". O jornal exaltava os seus "irmãos nas crenças e aspirações que assim souberam dar ao mundo monárquico uma lição de cordura e coragem" que seria "uma glória histórica do futuro da nascente república". Na concepção da folha, "sem alteração da ordem pública, e com a coragem que inspirara as nobres ideias do

amor pela pátria, os brasileiros depuseram a realeza e fundaram o único e verdadeiro governo" que convinha "às aspirações da humanidade" (O FURA-VIDAS, 1º dez. 1889, p.1).

Além disso, O Fura-Vidas considerava que eram, "em toda a parte, os governos monárquicos sem tino governativo, sem crenças capazes de lhes inspirarem ideias de grande alcance humanitário", correndo "para o abismo, envoltos no manto da realeza", que serviria "de mortalha, irremediavelmente, a todos os homens" que formavam "as camarilhas de todos os reis". Segundo ele, não faltavam "em Portugal gerências monárquicas" que deploravam "a sorte do Brasil", mas ressaltava que eram passíveis de dó tais "desgraçados, lagrimejando sandices e misérias, entoando lamentações sentidas pelo futuro dessa grande república", que seria "nobre no seu futuro, como fora heroica em seu nascimento". No mesmo sentido, dizia que havia em Portugal "tantas dores de barriga", como pelo Brasil havia "expansões de alegria e coragem" e, como "republicano sincero" manifestava suas "esperanças no futuro", regozijando-se "com o bem estar dos irmãos brasileiros", a quem desejava "as mais belas prosperidades no gozo de uma paz sem limites", para que conseguissem "atingir o grande progresso" a que aspiravam. E, em exortação, "do ocidente do Velho Mundo", levantava, "em saudação sincera, um viva à república!" (O FURA-VIDAS, 1º dez. 1889, p.1).

A Opinião também tecia seus comentários nesse sentido, afirmando que não corriam "muito favoráveis para os tronos os ventos", pois "de um instante para o outro o imperador brasileiro" – o qual "certamente não gozava lá do

mesmo alto prestígio", que, tal "como uma lenda", fruía "na Europa – foi deposto, e amável e tranquilamente despachado para o velho continente". A seguir, a folha passava a discorrer sobre as dificuldades que a monarquia enfrentava em vários dos países europeus, afirmando que tal fenômeno se acentuava, mormente na Espanha, na Itália, na Alemanha e mesmo em Portugal (A OPINIÃO, 1º dez. 1889, p. 1). Em sentido similar, a *Revista Eborense* noticiava a "grandiosa alteração porque passara o Brasil", a partir da qual ele iria acompanhar "as mais adiantadas nações e os mais fervorosos empreendimentos da civilização". Tal periódico clamava a verem-se naquele espelho todos os que aventavam "ideias e pensamentos errôneos", acreditando na "sempre hedionda monarquia", deixando "de ver, analisar e mostrar claramente que o Brasil" ia, em passos gigantes, "caminhando para o zênite da civilização e progresso" (REVISTA EBORENSE, 24 nov. 1889, p. 1).

O tema era abordado ainda por *O Látego*, ao explicar que "não era esperada tão cedo", mas também não causara "grande estranheza nem sensação a radical mudança" que acabara "de operar-se na constituição política" do Brasil, que mostrara "ao mundo civilizado que a pátria" era "mais alguma coisa que um feudo de qualquer magnata", e que era aos povos que competia escolher quem os deveria governar e dirigir, "consoante os seus legítimos interesses e justas aspirações". Dizia que era "um nobre exemplo que o povo brasileiro, historicamente infante", dera "diante do mundo todo", promovendo a "condição fatal para a realização das suas justas aspirações", devendo "todas as nações

imitar num dia mais ou menos próximo" tal exemplo oferecido pelo Brasil, copiando "o cavalheirismo brasileiro" (O LÁTEGO, 20 nov. 1889, p. 1).

Outro ponto recorrente na imprensa republicana lusitana ao tratar da transição brasileira foi o empreendimento de um conflito discursivo com as publicações monarquistas. Nessa linha, *O Século* destacava que os jornais monárquicos ficaram "atarantados com a notícia da revolução republicana", parecendo não compreender que "a monarquia constitucional" era "fundamentalmente um governo de transição", e não tinha o "caráter de estabilidade dos sistemas definitivos", e chegavam "a insinuar a ingratidão do povo brasileiro para com o pobre velho", que sentia "o trono faltar-lhe debaixo dos pés". Provocativamente, o jornal afirmava que "os aduladores da monarquia" estavam "experimentando duas impressões estranhas e imprevistas", lisonjeando "a realeza decaída" e maldizendo "a revolução triunfante", diante do que respondia que "a revolução republicana no Brasil deveria servir de lição a todos os governos e a todas as instituições" e que se manteria "firme e gloriosa a república sul-americana" (O SÉCULO, 17 nov. 1889, p. 1; 10 dez. 1889, p. 1; e 19 dez. 1889, p. 1).

Mantendo essa pauta, *O Século* denunciava que "vários especuladores monárquicos, com fins mais financeiros que políticos", vinham espalhando "boatos aterradores acerca da ordem pública no Brasil", passando a desmentilos. O jornal também acusava possíveis planos restauradores que estariam sendo perpetrados em Portugal, repelindo a ideia do "imperador, sua família e seus satélites estarem fazendo de Lisboa um centro de reação contra a

república". Ainda a esse respeito, o periódico declarava que não era "para estranhar as insidiosas suspeições com que os monarquistas em Portugal" procuravam "persuadir que a república lutava desde o seu berço com insuperáveis contradições nas terras do Brasil". Em contraposição, a folha dizia que a república estava fundada e "a restauração monárquica era tão impossível, como a volta dos Bourbon ou dos Bonaparte a um solo estabelecido sobre os destroços da república" na França, ou ainda "como a ressurreição do senhorio britânico no solo abençoado e fecundíssimo da poderosa democracia norteamericana" (O SÉCULO, 20 dez. 1889, p. 1; 23 dez. 1889, p. 1; e 29 dez. 1889, p. 1).

Também em combate às apreciações das folhas monárquicas, *O Alenquerense* criticava as manifestações realizadas em Portugal trazendo censuras e menoscabando a nova forma de governo brasileira. Na sua opinião, "a proclamação da república federal no Brasil fora a coisa mais natural deste mundo, e se havia fenômeno de causar espanto, era a existência" de uma "monarquia, única de todo um continente, cercada de repúblicas florescentíssimas, e recebendo de quase todas elas exemplos civilizadores". Para o jornal, tal "anomalia que vexava aos olhos de todo o mundo, era o mais frisante exemplo da degradação da raça", questionando os motivos dessa "hostilidade, latente ou manifesta, contra a emancipação do Brasil". E respondia à própria questão, destacando que o motivo para aquela antipatia era o receio de que a revolução brasileira pudesse "promover pelas relações íntimas dos dois países, a queda da monarquia lusa, batida em brecha por um partido forte, disciplinado" e que contava com "associados em todas as terras importantes do

país". Considerava que a nação estava "corroída por meios tradicionais, incompatíveis com a civilização" contemporânea. Nesse sentido, qualificava como risível a "imbecilidade crônica da imprensa monárquica, movida por tão baixos sentimentos, e de tão mesquinha compreensão" (O ALENQUERENSE, 28 nov. 1889, p. 1).

O periódico *Os Debates* também participou ativamente do confronto com o periodismo antirrepublicano. A folha acusava os jornais monarquistas de estarem mentindo, ao enaltecer "os progressos do Brasil ao pé do esfacelamento das repúblicas espanholas", destacando que a isso chegara "a ignorância" de tais "sábios". Em contrapartida, afirmava que, "apesar de todas as revoluções, as repúblicas espanholas progrediram a olhos vistos, muito mais do que o Brasil, não obstante terem muito menos recursos do que este grande país" e passava a apresentar vários dados comparativos entre o império e os demais países latino-americanos. A partir de tais comparações, concluía que "em melhoramentos materiais e morais" o Brasil não estava "mais adiantado do que as repúblicas suas vizinhas", aquelas que viviam "esfaceladas e anárquicas segundo os talentos prodigiosos" portugueses. Com ironia dizia que "decididamente os brasileiros foram uns ingratatões acabando com a monarquia" (OS DEBATES, 19 nov. 1889, p. 1; 20 nov. 1889, p. 1).

A partir de palavras fortes, *Os Debates* atacava os adversários, exclamando que os "jornais monárquicos portugueses, apanhados de improviso" pela "bomba retumbante da proclamação da república no Brasil, perderam completamente a tramontana, e, qual tímida manada de antílopes, começaram a

correr", sem orientação, "cada um para seu lado, saltando barrancos e precipícios, esbarrando aqui e acolá e chegando mesmo alguns a ficar de todo estatelados pelas encostas e planícies". Segundo o jornal, os inimigos, "apelaram para o sentimentalismo pacóvio", falando "na consideração necessária ao velho imperador", ao que contrapunha, destacando o custo que a casa monárquica significava para o país. Afirmava ainda que as folhas monarquistas "começaram a berrar que a república no Brasil" viria "a ser uma calamidade para a colônia portuguesa" que teria suas posses em risco, diante do que discordava, afirmando que a república traria progresso ao Brasil que também poderia ser usufruído pelos lusos ali residentes (OS DEBATES, 21 nov. 1889, p. 1).

Também com base no enfrentamento, *O Fura-Vidas* alertava que "o estabelecimento da república no Brasil" estava "dando repasto aos ódios da grei monárquica", que direcionava "furiosas diatribes contra o novo regime". Destacava que quando seus adversários "receberam as primeiras notícias, apanhados em flagrantíssimo descuido, não encontraram palavras para estigmatizarem o fato", limitando-se "a regougar algumas razões de cabo de esquadra ou jeremiadas insulsas, lamentando a sorte do ex-imperador e pondo em dúvida o bom acolhimento" que a nova forma de governo encontraria "em todas as províncias". E permanecia na narrativa crítica, enfatizando que os seus opositores, "depois, passada a primeira impressão", voltaram-se a um procedimento que não era de monárquicos que se presavam, "e começaram a escoucear a república com o mesmo afã" com que lambiam "as botas a quem lhes deixava meter as mãos nos cofres públicos". Diante desses atos, o periódico

vaticinava que tais insultos viriam a ser retribuídos "devidamente em ocasião oportuna" (O FURA-VIDAS, 24 nov. 1889, p. 1).

Participou ainda ativamente do debate *A Opinião* ao descrever que ia "pela alta imprensa uma celeuma diabólica" e, referindo-se aos jornais monarquistas, dizia que "a transcendente questão" que trazia "absorvidas as atenções quase gerais dessas altas cabeças" cifrava-se "na preocupação de que a revolução no Brasil" viesse a trazer repercussões para Portugal. Perante tal perspectiva, o jornal passava a detalhar as discussões, acabando por reagir contra as folhas monarquistas e a defesa do *status quo*, contra o qual se colocava e tecia considerações fortemente negativas. Nesse sentido, no intuito de tirar a razão das publicações antirrepublicanas que atacavam o Brasil, a folha questionava como poderia não haver quem berrasse "violentamente contra este estado de coisas", que se tornava "cada vez mais violentamente desonesto e ignóbil", a partir de "ganâncias enfartáveis" que se moviam "como engrenagem capital do mecanismo político da sociedade" portuguesa (A OPINIÃO, 8 dez. 1889, p. 1).

Mantendo uma linha editorial praticamente didática, os jornais republicanos publicavam sistematicamente matérias para desmentir e deslegitimar as teses levantadas pelos adversários. Diante de um dos pressupostos continuamente repetidos pelos monárquicos, de que a república seria sinônimo de guerra e desmembramento para o Brasil, *O Século* declarava que não mais iria perder "tempo discutindo esta tolice", que revelava "ou uma absoluta ignorância das doutrinas políticas", que levava "a confundir a

autonomia com o desmembramento, ou uma suprema má fé", que conduzia "a mentir capciosamente para ilusão dos ingênuos". Segundo o jornal, "só pela federação cada povo" poderia ter "entregue a si mesmo a gerência dos seus interesses especiais, e o parasitismo oficial" deixaria "de absorver egoisticamente todas as riquezas e todas as atividades" e, por tal motivo, o Brasil se constituíra "em república federativa" (O SÉCULO, 20 nov. 1889, p. 2).

Buscando reverter a acusação quanto a uma possível fragmentação do Brasil, tão propalada pelas publicações monarquistas, *Os Debates* dizia que fora "exatamente a monarquia, comprimindo o sentimento nacional", que provocara "largas desordens e sangrentas guerras civis no Brasil". Afirmava ainda que fora a forma monárquica que, "transviando o curso natural das transformações sociais" acabara por criar "as tendências separatistas", as quais teriam se manifestado em várias das províncias ao longo da história, e que apenas poderiam ter sido evitadas "por meio da federação". Para a folha republicana, "só deixando-se larga expansão às aspirações livres e autonomistas do povo brasileiro", se tornaria "possível dar-se àquele grande país, com a paz necessária, o progresso e o esplendor" que merecia (OS DEBATES, 18 nov. 1889, p. 1).

Outro ponto recorrente no jornalismo monárquico que se referia à surpresa da instauração da república no Brasil, que para ela ainda não estaria preparado foi também alvo de combate das folhas republicanas, que intentavam demonstrar a historicidade do republicanismo brasileiro. A esse respeito, *O Século* afirmava que tal fato não fora "tão inesperado como à primeira vista"

poderia parecer, uma vez que "o Partido Republicano combatera sempre ali com toda a força do seu entusiasmo, e com todo o entusiasmo da sua crença, trabalhando na aceleração da transformação evolutiva do país", de modo que "na parte diretiva do partido estava já tudo inteligentemente previsto". De acordo com tal pensamento, considerava que a monarquia fora arrebatada e passara "ao livro dos registros mortuários", ao passo que a república era "um fato consumado", qualificando-a como um "assombroso e fausto acontecimento", que enchia "de júbilo os republicanos portugueses" e enturvava "de mágoas os partidários da realeza". Além disso, sustentava que "a república existia latente na larva do império" e bastara "a enérgica iniciativa e a audaz resolução dos republicanos brasileiros" para que o regime imperial "se desfizesse, como se fora múmia enleada frouxamente em tênues e carcomidas ligaduras" (O SÉCULO, 18 nov. 1889, p. 1; 20 nov. 1889, p. 1).

A tal respeito manifestou-se também *Os Debates*, ao afirmar que se enganavam aqueles que supunham "que o movimento republicano não tinha longas raízes e velhas tradições na grande nação brasileira". Na concepção da folha, "era velho e cheio de tradições gloriosas o movimento republicano no Brasil" e para comprovar a asserção, passava a citar a presença de ideais republicanos em vários momentos da história brasileira, desde os primórdios do século XIX e fazendo referência aos focos rebeldes do período regencial brasileiro. Retomando o tema, o periódico reforçava a ideia do "quanto eram antigas as aspirações republicanas no Brasil", bem como eram "gloriosas as tradições do partido" que passara a ocupar "o poder naquele grande país". Em

relação aos adversários, dizia que poderia ser apenas "a ignorância dos jornalistas" o motivo para "desencadear-se em despautério bravio sobre os últimos acontecimentos". Defendendo seu ponto de vista, a folha declarava que, acima de tais "despautérios e ódios ruins" estaria "a verdade histórica, imutável e soberana nos seus formidáveis e incontáveis ensinamentos" (OS DEBATES, 17 nov. 1889, p. 1-2; 18 nov. 1889, p. 1-2).

No mesmo sentido, posicionou-se *A Opinião*, sustentando a perspectiva de "que o republicanismo era o sentimento quase geral da nação brasileira" constituindo "um fato indubitável", pois "a ideia republicana" alastrava-se havia "muito nas terras de Santa Cruz e o proselitismo avolumava-se enormemente, dia a dia, como uma grande maré de águas vivas". Segundo a folha, "o Brasil monárquico tinha por assim dizer, os dias contados, como a vida do imperador", e com ele "seria enterrado o império", de modo que "a república era certa e fatal". Para corroborar sua tese, dizia que "as necessidades de todo o país reclamavam a aberta descentralização, a franca autonomia das províncias, a organização federativa enfim". Nesse contexto, seria passível de comemoração a chegada da república que representaria a culminância de um processo mais longo, o qual caracterizava "a forte vitalidade do Brasil e o seu notável adiantamento intelectual" (A OPINIÃO, 29 nov. 1889, p. 1).

Diante de qualquer possibilidade de uma ideia restauradora em relação ao Brasil, porventura levantada nas linhas ou entrelinhas das folhas monarquistas, a imprensa republicana se colocava em guarda, como o fez *O Século*, ao se referir a "uma esperança, que sorria aos crédulos sebastianistas da religião

dinástica". Segundo o jornal, "as monarquias europeias e os seus representantes haviam ficado estupefatos com a inopinada revolução", pois teria ferido "no íntimo do peito o desastre acontecido ao seu parente e confrade", criando-se "então a epopeia da intervenção", pela qual "a Europa monárquica, pela mão poderosa dos seus reis e imperadores, ia ruir impetuosa e vingadora contra a infantil república americana". Diante disso, o periódico reagia, afirmando que a América era, "em todos os seus governos independentes e autônomos, uma vasta confederação republicana, solidária pelos vínculos morais" e eram "os Estados Unidos uma potência colossal", que atuava como "a mãe de todas as democracias americanas", de maneira que "a cruzada contra a nova república seria uma afronta e uma provocação à portentosa nação da América setentrional", que já teria mostrado a sua força. Concluía, assim, que os governos monárquicos não conseguiriam eliminar "o perigoso exemplo", afogando "na terra brasileira a nascente democracia" (O SÉCULO, 1º dez. 1889 p. 1).

Monarquismo e restauração eram então encarados pelas folhas republicanas como inimigos de primeira hora e, em muitas vezes, esses adversários foram personalizados na figura de D. Pedro II. Nessa linha, *O Século*, referia-se ao "sombrio meditar do imperial exilado", ao pensar em tudo que estava a perder e no abandono que acabaria tendo de parte dos áulicos. Diante de tais percepções, o periódico previa que daquele mal que assolava Pedro II poderiam provar outros soberanos, em alusão direta ao português, prevendo que se aquilo acontecera com "o velho", viria a ocorrer também "com o mais novo dos monarcas, se a revolução o derrubasse", concluindo com uma expressão

exclamativa e incisiva: "Ai! pobres reis que creem na sinceridade dos cortesãos, e que chegam a crer na afeição dos áulicos!..." (O SÉCULO, 8 dez. 1889, p. 1). Também a *Aurora do Minho* enviava uma mensagem ao rei português, por meio do comentário sobre o imperador decaído do Brasil, enfatizando que "os interesses e a prosperidade de um país" não poderiam ser sacrificados "ao egoísmo e à inépcia de um monarca" que quisesse "viver somente para reinar e ver como lhe ficava bem na fronte a coroa da realeza", de modo que tal soberano deveria ser destronado, como um "órgão nocivo do funcionalismo social" (AURORA DO MINHO, 1º dez. 1889, p. 1).

A contraposição aos elogios realizados pelo jornalismo monárquico para com D. Pedro II era outra das metas dos periódicos republicanos, como *Os Debates* que não aceitava a tese da ingratidão do povo brasileiro, "cantada em coro pelas gazetas monárquicas", diante do que apontava vários elementos que considerava nocivos da administração imperial brasileira, destacando notadamente questões envolvendo o centralismo político-administrativo e a concentração de poderes nas mãos do imperador. No mesmo sentido, "quanto à sua majestade ser o mais fiel observador da constituição" e "não fazer governo pessoal", descrevia as inversões ministeriais ocorridas no Brasil, por determinação imperial, promovendo agitações no seio da nação. Considerava que a "política de D. Pedro II" fora "sempre de mentiras e de corrupções", referindo-se ao "despotismo manso do ex-imperador do Brasil, que se afirmava por uma corrupção franca e pelo mais desaforado exercício do poder pessoal". A folha via Pedro II como "um ditador cheio de manhas, cujo espírito,

incontestavelmente acanhado", não tinha "as qualidades nobres e generosas", as quais lhe eram atribuídas em Portugal, pois exercera "a ditadura da corrupção", que nunca salvara "nenhum regime e que, antes pelo contrário", tinha "facilitado muitas vezes a queda das instituições" que daquilo viviam (OS DEBATES, 18 nov. 1889, p. 1; 20 nov. 1889, p. 1; 7 dez. 1889, p. 1).

Assim, a fundação da forma de governo republicana brasileira serviria como acentuado estímulo à propagação do ideário antimonárquico em Portugal, levando a um aprofundamento da propaganda e o aumento das esperanças dos partidários de tal transformação. Os jornais republicanos portugueses enalteceram a mudança institucional ocorrida no Brasil, através da qual poderiam manifestar ainda mais abertamente seus ideais; defenderam ardorosamente a república em relação a todos os seus detratores, principalmente aqueles ligados às publicações monárquicas, promovendo ferrenho confronto discursivo; e utilizaram-se do caso brasileiro como exemplo a ser seguido, de modo que atuaram diretamente na construção de uma realidade calcada em várias estratégias discursivas, visando fomentar e difundir a causa republicana no seio da sociedade lusitana. Dessa maneira, pelo prisma de um olhar espelhado, algumas das interfaces e inter-relações entre Portugal e Brasil no que tange à queda da monarquia viriam a ser sintetizadas pelo pensamento republicano luso em sua propaganda expressa pelas páginas das publicações periódicas<sup>28</sup>.

-

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Publicado originalmente em: *Gêmeas imperfeitas: as Repúblicas do Brasil e de Portugal unidas no ideal e diferenciadas nas práticas.* Florianópolis: Edições do Bosque NUPPE/CFH/UFSC, 2018, , p. 95-123.

### **Fontes**

ALENQUERENSE, O. Alenquer, 21 nov. 1889. A. 2. N. 98. p. 1; 28 nov. 1889. A. 2. N. 99. p. 1.

AURORA DO MINHO. Braga, 24 nov. 1889. A. 3. N. 130. p. 1; 1° dez. 1889. A. 3. N. 131. p. 1.

CORREIO DE ALCOBAÇA. Alcobaça, 24 nov. 1889. A. 1. N. 30. p. 2.

DEBATES, OS. Lisboa, 16 nov. 1889. A. 2. N. 403. p. 1-2; 17 nov. 1889. A. 2. N. 404. p. 1-2; 18 nov. 1889. A. 2. N. 405. p. 1-2; 19 nov. 1889. A. 2. N. 406. p. 1; 20 nov. 1889. A. 2. N. 407. p. 1; 21 nov. 1889. A. 2. N. 408. p. 1; 7 dez. 1889. A. 2. N. 424. p. 1.

FURA-VIDAS, O. Lisboa, 24 nov. 1889. A. 1. N. 38. p.1; 1º dez. 1889. A. 1. N. 39. p. 1.

LÁTEGO, O. Funchal, 20 nov. 1889. A. 1. N. 48. p. 1.

OPINIÃO, A. Setúbal, 29 nov. 1889. A. 1. N. 25. p. 1; 1º dez. 1889. A. 1. N. 26. p. 1; 8 dez. 1889. A. 1. N. 27. p. 1.

POVO DE AVEIRO, O. Aveiro, 24 nov. 1889. A. 8. N. 412. p. 1.

REVISTA EBORENSE. Évora, 24 nov. 1889. A. 1. N. 13. p. 1.

SÉCULO, O. Lisboa, 16 nov. 1889. A. 9. N. 2.791. p. 1; 17 nov. 1889. A. 9. N. 2.792. p. 1; 18 nov. 1889. A. 9. N. 2.793. p. 1; 20 nov. 1889. A. 9. N. 2.795. p. 1-2; 24 nov. 1889. A. 9. N. 2.799. p. 1; 26 nov. 1889. A. 9. N. 2.801. p. 1; 1° dez. 1889. A. 9. N. 2.806. p. 1; 8

dez. 1889. A. 9. N. 2.813. p. 1; 10 dez. 1889. A. 9. N. 2.815. p. 1; 19 dez. 1889. A. 9. N. 2.824. p. 1; 20 dez. 1889. A. 9. N. 2.825. p. 1; 23 dez. 1889. A. 9. N. 2.828. p. 1; 29 dez. 1889. A. 9. N. 2.833. p. 1.

SENTINELA DA FRONTEIRA, A. Elvas, 23 nov. 1889. A. 9. N. 561. p. 2.

### Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. *Olhares impressos – a república brasileira sob o prisma da imprensa lusitana: repercussões e ruptura diplomática (1889-1895).* Lisboa: ICES, 2012.

BARBOSA, Luísa Gonçalves Teixeira. *O ideário republicano nas relações Brasil / Portugal, 1880-1891.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. A representação em Portugal da implantação da república no Brasil. In: HOMEM, Amadeu Carvalho et al. (coord.). *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal (1889-1910).* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 89-107.

CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de outubro de 1910.* 2.ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

FERREIRA, David. Partido republicano português. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 5. p. 294-303.

# OLHARES ENTRECRUZADOS: A REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL SOB O PRISMA DA IMPRENSA

GOMES, Antônio Martins. O exemplo do Brasil no crepúsculo da monarquia portuguesa. In: *Navegações*. Porto Alegre: PUCRS, 2010. v. 3. n. 2. p. 164-170.

GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro. Ressonâncias em Portugal da república no Brasil (1889-1895). In: HOMEM, Amadeu Carvalho et al. (coord.). *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 109-129.

HOMEM, Amadeu Carvalho. *A propaganda republicana (1870-1910)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.

HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação de Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José M. (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 263-281.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Da monarquia para a república. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 283-295.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Organização administrativa e política. In: SERRÃO, Joel. & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 10. p. 184-250.

SERRÃO, Joel. Republicanismo. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 5. p. 285-294.

A GÊNESE E AS CRISES NA
FORMAÇÃO DA REPÚBLICA
BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DO
JORNALISMO NOTICIOSO LISBOETA E
PORTUENSE: O DIÁRIO DE NOTÍCIAS E
O COMÉRCIO DO PORTO

Perante a Europa, o império tropical estabelecido no continente sulamericano assumia feições diferenciadas em relação a seus vizinhos continentais. Em linhas gerais, os europeus conviviam com as constantes instabilidades das repúblicas latino- americanas, denominadas muitas vezes de "republiquetas", por não conseguirem manter governos estáveis, tendo em vista sucessão interminável de golpes, contragolpes, revoluções, uma pronunciamentos militares, entre outros eventos. Enquanto isso, o império brasileiro, apesar das revoltas ocorridas na primeira metade do século XIX, consolidara-se com D. Pedro II, atingindo uma estabilidade política e econômica e vivendo seu momento de apogeu, baseado no modelo agroexportador, notadamente no que tange à sua produção cafeeira. A permanência de um mesmo governante por décadas a fio, a similaridade quanto à forma de governo da maioria das nações europeias, os laços dinásticos e a política externa mais voltada ao concerto diplomático do velho continente, faziam com que o olhar europeu sobre o Brasil, demonstrasse certa confiança na continuidade do *status quo* vigente.

Ainda que a fase de apogeu do império tivesse terminado, à medida que se iniciava um processo paulatinamente crescente de crise, motivada principalmente a partir dos conflitos bélicos subcontinentais, do endividamento externo, do acirramento das disputas político-ideológicas e da ruptura progressiva com os principais elementos de sustentação da monarquia — a igreja, os militares e a escravidão —, e mesmo diante de um movimento republicano que se organizava, a maioria dos países europeus não imaginava

uma mudança na forma de governo brasileira, pelo menos enquanto vivesse Pedro II. Nesse sentido, a notícia da proclamação da república no Brasil se transformaria em assunto palpitante na Europa e seus jornais passaram a ser pautados pelos acontecimentos brasileiros. Dentre as nações europeias em que tal mudança mais causou repercussões, Portugal foi sem dúvidas uma das de maior relevância.

Fosse pela forte presença de uma colônia lusa em terras brasileiras, pelos capitais enviados a partir desta para os enfraquecidos cofres lusitanos, ou ainda pelas fortes raízes históricas e culturais que ligavam os dois países, o jornalismo português informou em larga escala a respeito dos fatos no Brasil, noticiando e opinando a partir do matiz político-ideológico e/ou do norte editorial de cada periódico. Em linhas gerais a imprensa portuguesa embasada em princípios partidário-ideológicos orientou-se em duas direções. As folhas monarquistas viram a república brasileira como uma hecatombe e, a cada instabilidade da mesma, anunciavam o seu fim e uma possível retomada do regime decaído. Os jornais republicanos aplaudiram ao extremo a mudança institucional brasileira e justificaram cada um dos momentos de instabilidade tratando-os como breves contratempos, facilmente superáveis e naturais numa república em formação. Outra tendência bastante marcante no seio do periodismo lusitano foi a de uma imprensa essencialmente noticiosa que, em nome da informação, intentava manter uma almejada neutralidade e imparcialidade diante dos episódios abordados. Tais periódicos acompanharam a instauração da república brasileira e as primeiras crises pelas quais passou, e o presente trabalho tem por meta

apresentar um estudo de caso sobre esse tema, a partir de duas dessas folhas, uma da cidade de Lisboa e outra do Porto.

As décadas finais do século XIX foram marcadas por uma ampla expansão do jornalismo luso em comparação ao restante dessa centúria. Os levantamentos acerca do tema demonstram que, nos anos noventa, o número de jornais criados e/ou circulando mais do que duplicou em relação ao decênio imediatamente anterior<sup>29</sup>. Além do avanço quantitativo, houve um progresso qualitativo significativo no seio da imprensa portuguesa desse encerramento de século. Melhores condições tecnológicas, maior produtividade, custos mais acessíveis, entre vários outros fatores que caracterizavam uma crescente transformação industrial, colocaram mais leitura à disposição da população. O alcance do periodismo não poderia ser medido apenas pelo número de leitores, visto que a sua repercussão ia muito mais além do que a simples leitura das folhas, havendo todo um incomensurável poder multiplicador, fosse pelo fato de que cada exemplar passava de mão em mão, ou era lido em voz alta em grupos não muito pequenos<sup>30</sup>, fosse pelos comentários gerados a partir do ato de ler que

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> CASTRO, José Luciano de. Catálogo do jornalismo português antigo e moderno. Lisboa: Liv. de João Pereira da Silva & Filhos, 1897.; CUNHA, Alfredo da. Relances sobre os três séculos do jornalismo português. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941. p. 17.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. O jornalismo português: resenha cronológica. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; e TENGARRINHA, José. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.) Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3. p. 271.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa.* 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.p. 150 e 213.

se refletiam em todos os tipos de discussões, desde uma comezinha conversa de esquina, até os acirrados debates em variados ambientes políticos, culturais e ideológicos.

Como era comum à imprensa dessa época, o jornalismo luso mantinha diversas similitudes em relação ao praticado em vários outros países, adotando uma série de "empréstimos" no que tange a padrões editoriais, mas, ao mesmo tempo, tendo algumas especificidades intrínsecas<sup>31</sup> no modo como evoluíram as práticas jornalísticas. Assim, ao final do século XIX, Portugal, de acordo com as peculiaridades específicas do seu desenvolvimento, passava por um movimento jornalístico extraordinário, aproximando-se, a seu modo, de muitos dos elementos do progresso da cultura europeia no que tange à arte tipográfica<sup>32</sup>. O país testemunhava uma verdadeira febre de jornais, em meio aos quais poderiam ser observados não só os grupos políticos em que estava dividida a sociedade portuguesa, do mais conservador ao mais avançado, mas também os principais ramos da ciência, da literatura e da indústria, em que quase todas as cidades tinham uma representação de destaque<sup>33</sup>.

A partir de meados do século XIX e de modo crescente daí em diante, no contexto português se daria um predomínio do denominado jornalismo

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> QUINTERO, Alejandro Pizarroso. O estudo da história da imprensa. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996. p. 11.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> ARANHA, Pedro W. de Brito. *Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899.* Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900. p. 5 e 47.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> ARANHA, Pedro W. de Brito. *Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers).* Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894. p. 12-13.

noticioso, essencialmente preocupado com a informação, acompanhando uma tendência do conjunto da imprensa no cenário internacional. Não que o debate político tenha desaparecido dos jornais, mas haveria uma progressiva preeminência para a notícia, diferentemente de outras etapas anteriores quando o periodismo era essencialmente voltado às polêmicas político-partidárias e ideológicas. Nessa linha, o "antigo jornalismo" foi um agente de propaganda, uma arma de combate, ao passo que o "novo" tornou-se também uma indústria com importantes capitais e uso de meios mecânicos consideráveis<sup>34</sup>. Dava-se assim um quadro pelo qual se desenvolvia uma imprensa consideravelmente imbuída pela notícia, em oposição à anterior hegemonia do jornalismo de opinião<sup>35</sup>.

Tal processo se intensificou entre 1865 e 1885, estabelecendo- se as condições para a afirmação de uma imprensa em termos industriais que se desenvolveria crescentemente a partir de então. Era a progressiva consolidação da imprensa predominantemente *noticiosa*, que se opunha ao periodismo marcadamente de *opinião*, estando lançada a trave mestra do jornalismo contemporâneo, ou seja, a informação como sua principal preocupação e objetivo. Dessa forma, na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procurava manter uma atitude imparcialmente objetiva, dirigindo-se assim *a todos* e não a um grupo de leitores ideologicamente afim,

GUNHA, Alfredo da. La presse périodique en Portugal: bref mémoire présenté au cinquième congrès international de la presse à Lisbonne. Lisboa: Imprimerie Universelle, 1898. p. 7
 ALVES, José Augusto dos Santos. O poder da comunicação. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005. p. 164.

## OLHARES ENTRECRUZADOS: A REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL SOB O PRISMA DA IMPRENSA

necessariamente muito mais restrito. O relevante era vender o máximo possível, de modo que a folha impressa passou também a constituir uma *mercadoria*. Ainda assim, todo o periódico, mesmo aquele que se afirmava exclusivamente noticioso, tinha uma posição mais ou menos visível, com a qual o leitor poderia ou não concordar. Mesmo que surgissem cada vez em maior número e com maior projeção jornais exclusiva e preponderantemente noticiosos, ainda apareceriam importantes órgãos de opinião ou simultaneamente de informação e opinião<sup>36</sup>.

As principais representantes dessa imprensa organizada em termos empresariais e com um norte editorial essencialmente informativo-noticioso foram as publicações de periodicidade diária. Fosse pela relevância e o alcance junto à opinião pública, pela longevidade no tempo de circulação, pela excelente feitura gráfica, pela estruturação tipográfica, ou ainda por todos estes fatores em conjunto, muitas das folhas diárias adquiririam um destaque extraordinário, chegando algumas delas a serem consideradas como periódicos "nacionais", vindo a ter uma grande e intensa distribuição no conjunto do país, além do significativo impacto que tinham seus escritos no conjunto da nação lusa. A maioria desses diários concentrou-se em Lisboa, ocorrendo também sua incidência no Porto. Nos quadros dessa imprensa noticiosa e suas reações diante da implantação da república no Brasil, podem ser analisados dois periódicos, um lisboeta e outro portuense.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> TENGARRINHA, 1989. p. 213, 215, 219-220, 222 e 231.

O mais importante dos jornais de modelo noticioso no contexto português foi o *Diário de Notícias*, cujo programa foi editado ao final de 1864 e o primeiro número passou a circular em Lisboa, a 1º de janeiro do ano seguinte. Sua assinatura na capital custava 240 réis (mês) e 700 réis (trimestre), já nas províncias o custo era de 1\$075 réis (trimestre), enquanto o preço do número avulso era de 10 réis³7. Ele marcou o início do jornalismo moderno no contexto luso, operando-se uma verdadeira revolução no panorama jornalístico nacional. Era um jornal popular de preço e estilo ao alcance de todos, essencialmente noticioso e sem filiação partidária. Seu espantoso êxito resultou da combinação do baixo preço e da aparente "independência" perante as correntes políticas, com as elevadas tiragens, o que reduzia o custo unitário de produção, aumentando também os rendimentos com a publicidade. A "objetividade" e "imparcialidade" com que se iniciou e pretendeu apresentar ao longo da sua existência, na verdade camuflavam habitualmente uma posição conservadora de apoio ao poder estabelecido³8.

Assim, a lógica de produção desse periódico levava em conta que, se a tiragem aumentasse, as despesas gerais conservavam- se sensivelmente as mesmas e, portanto, o preço de custo de cada exemplar seria menos elevado, de modo que, com maior tiragem haveria mais anúncios que poderiam render mais. Dessa maneira, para auferir maiores lucros, bastaria baixar o preço e

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. Jornais e revistas portugueses do século XIX. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. v. 1. p. 252.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> TENGARRINHA, José. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2006. p. 214.

dirigi-lo a uma mais vasta camada de leitores, não como um jornal de opinião, mas meramente noticioso. Seus avanços na prática jornalística voltaram-se também à questão da venda e distribuição, estabelecendo um contingente sempre crescente de vendedores ambulantes, atividade facilitada pelo preço acessível do exemplar. Além disso, houve também um incremento na quantidade de anúncios editados pelo Diário de Notícias, fenômeno também essencial à estruturação financeira da empresa jornalística, uma vez que era normalmente à publicidade que competia cobrir uma parte ou a totalidade dos custos da produção do jornal. Outra marca registrada da publicação foi o crescimento vertiginoso de suas tiragens, com o aprimoramento tecnológico em sua produção, lançando-se mão de máquinas rotativas cada vez mais evoluídas e com maior capacidade de impressão, bem como sua tipografia foi a primeira no contexto luso a utilizar-se das máquinas de compor. Tais práticas empresariais serviriam de modelo a um grande número de periódicos que surgiriam no contexto luso, e, na virada do século XIX ao XX, o Diário contaria entre os jornais mais antigos e de maior prestígio em Portugal<sup>39</sup>.

No lançamento do periódico, a redação afirmava que promovera tal publicação convencida da sua necessidade e utilidade, pois visava a um único fim — interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas, e compreensível a todas as inteligências. Declarava também que o seu próprio título dizia o que seria, ou seja, uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades. Pretendia ser um

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> TENGARRINHA, 1989. p. 213, 215, 221, 222, 225-229, 231 e 234.

noticiário universal, em estilo fácil, e com a maior concisão, informando o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo, à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas. Anunciava que eliminaria o artigo de fundo, não discutindo política, nem sustentando polêmica, apenas registrando com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor que comentasse ao seu sabor, quaisquer que fossem os seus princípios e opiniões<sup>40</sup>.

Em seu número inaugural, o *Diário de Notícias* destacava que tivera uma boa aceitação de parte do público, o que estaria a demonstrar que se em Portugal não se lia comparativamente tanto como em outras nações, era pelo motivo de que não havia publicações baratas, e ao alcance de todas as bolsas, e não porque os seus concidadãos fossem menos ilustrados<sup>41</sup>. Já em época mais próxima à transformação na forma de governo brasileira, o periódico, ao completar duas décadas, afirmava que permanecia tranquilo na consciência de que não desmerecera até então a atenção recebida de seus leitores, por ter mantido a sua norma invariável de proceder. Nesse sentido, mantinha a proposta de colocar à disposição do público as suas colunas para todas as informações e para a defesa de todos os interesses e causas justas de utilidade nacional, buscando constantemente multiplicar as fontes das suas informações, através de seus

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 29 de dezembro de 1864. N. 1, programa. p. 1

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 1º de janeiro de 1865. Ano 1. N. 1. p. 1.

## OLHARES ENTRECRUZADOS: A REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL SOB O PRISMA DA IMPRENSA

colaboradores e correspondentes<sup>42</sup>. No ano seguinte, enfatizava que pretendia manter sua autonomia jornalística, atuando em prol do bem público, da moral social e da justiça, esforçando-se por advogar as causas justas. Dizia aspirar somente à glória de modesto trabalhador útil, atuando fora das correntes da política militante, de modo que as suas colunas estavam francas a todas as ideias proveitosas ao público e ao país<sup>43</sup>.

A notícia inaugural a respeito das transformações no Brasil informada pelo *Diário* fazia referência a uma revolução no Rio de Janeiro, publicando uma série de telegramas que comunicavam o fato de uma sedição militar de caráter altamente político, porque tendia a destruir o império, substituindo-o por outra forma de governo. O jornal preferia não entrar em considerações, nem formar hipóteses sem fundamento seguro, apenas explicando que no Brasil existiam e fermentavam muitos elementos de desgosto, havia muitos interesses feridos, sobretudo com a abolição da escravatura bem como estavam em jogo no mundo financeiro importantes empresas que deslocavam capitais e que podiam muito bem, com a perspectiva de grossos lucros, vir a originar uma grave crise nos mercados. Nesse sentido, preferia aguardar os sucessos subsequentes, com a confiança de que o Brasil não retrogradaria no caminho da civilização e dos trabalhos pacíficos e de vitalidade, de que estava dando tantos testemunhos com a admiração da própria Europa<sup>44</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 1º de janeiro de 1884. Ano 20. N. 6.442. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 1º de janeiro de 1885. Ano 21. N. 6.805. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 17 de novembro de 1889. Ano 25. N. 8.572. p. 1.

No dia seguinte, o periódico continuava apontando que não se podia ainda formar uma ideia segura da revolução, nem do seu alcance em todo o Brasil, pois, se a maior parte das províncias não aderisse ao governo provisório, a crise brasileira poderia ter muitos e espantosos riscos. Perante tal perspectiva, o jornal declarava que não desejava ver essa situação, não só pelo afeto que ligava os lusos ao Brasil – qualquer que fosse o governo que o povo brasileiro entendesse dever definitivamente estabelecer – como também pelos interesses tão caros e tão importantes de milhares de portugueses residentes e com vida ativa e fecunda naquela nação<sup>45</sup>. A busca pela neutralidade ficava expressa nas páginas do jornal, como ao afirmar que estava longe do teatro dos acontecimentos, e por isso não poderia segui-los com todas as minudências, não só na sua evolução como nas suas origens e seria tal distância que o colocava num plano em que poderia acompanhar os sucessos com a máxima serenidade e com todo o desafogo, de modo que uma coisa até certo ponto compensava a outra. E, mais uma vez, enfatizava que seu desejo era de que a revolução fosse adiante pacificamente, como até então, com a anuência de todas as províncias, de modo que, se a aspiração política do Brasil fosse o governo republicano, que ele satisfizesse absolutamente a sua vontade e que entrasse no pleno domínio do seu ideal, sem embaraços graves ou com o menor número de estorvos possíveis. Declarava ainda que era uma lei fatal que os povos tinham os governos que desejavam, ou antes, que mereciam e o Brasil que vivera até então

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 18 de novembro de 1889. Ano 25. N. 8.573. p. 1.

sob um regime democrático, deveria mostrar que estava suficientemente educado para se nortear com o seu novo destino<sup>46</sup>.

Em tom tranquilizador, o *Diário de Notícias*, a partir das informações obtidas, observava perspectivas lisonjeiras para a nova situação política criada no Brasil, uma vez que todas as províncias teriam aderido ao movimento do Rio de Janeiro, bem como havido confraternização com o povo, de maneira que os atos do novo governo tendiam, ao que lhe parecia, a restabelecer a confiança pública, sendo isso o que mais poderia favorecer a situação. Novamente manifestava um desejo ardente e sincero de que a transformação se operasse sem grande perturbação, visto que se o Brasil gueria crédito em todas as partes, seria necessário que se apresentasse pacífico e conciliador e, sem isso, não viria a atrair e afirmar as simpatias universais<sup>47</sup>. Ainda com o intento de manter uma propalada neutralidade, o periódico não deixaria de tecer elogios a Pedro II, destacando que o movimento revolucionário iniciado no Brasil tinha sido recebido geralmente com uma expectativa benévola, mas deveria ser feita justiça ao elevado caráter do imperador deposto e aos eminentes serviços que ele prestara ao seu país e à civilização durante o seu longo reinado, já que só o facciosismo, levado ao último ponto de intransigência, lhe poderia negar esse testemunho de reconhecimento<sup>48</sup>. Mais tarde, o jornal faria uma analogia no que tange à queda de tal governante, esclarecendo que, na história das abdicações e

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 19 de novembro de 1889. Ano 25. N. 8.574. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 20 de novembro de 1889. Ano 25. N. 8.575. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 22 de novembro de 1889. Ano 25. N. 8.577. p. 1

dos destronamentos havia sempre uma página dramática, manchada de sangue ou molhada de lágrimas, mas a queda de D. Pedro II fora tudo quanto havia de mais singelo e singular, comparando-a a uma operação bancária feita com a maior regularidade, na qual a república sacara uma letra sobre a monarquia e a monarquia aceitara e pagara sem o mínimo protesto<sup>49</sup>.

As relações políticas e econômicas entre Portugal e o Brasil também foram uma preocupação do *Diário*, acreditando que seria fácil o papel que a primeira nação teria a desempenhar, de modo que, por todos os motivos, por todas as circunstâncias, não poderia deixar de mostrar-se alheia às deliberações dos outros povos, contanto que estas não ofendessem o direito internacional, ou seja, "cada um em sua casa e Deus na casa de todos". Defendia que o Brasil se governasse a seu modo, bem como os lusos seguiriam o seu próprio alvedrio, pois, com mútuo respeito, não se proporcionaria ensejo de irritabilidades fúteis e de desconfianças infundadas. Manifestava confiança no futuro, sem que fossem perturbadas, sem necessidade, as correntes naturais, devendo todos se amoldar às circunstâncias, moderadamente, com toda a precaução, para que não fossem provocados abalos inúteis que poderiam ser prejudiciais<sup>50</sup>. Confirmando o "espírito de neutralidade", a publicação diária lisboeta enfatizava que seu primeiro interesse era a felicidade e a prosperidade do Brasil, sem ter de emitir opinião sobre a forma porque o povo brasileiro deveria ser administrado<sup>51</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 9 de dezembro de 1889. Ano 25. N. 8.594. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 24 de novembro de 1889. Ano 25. N. 8.579. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 29 de dezembro de 1889. Ano 25. N. 8.613. p. 1.

## OLHARES ENTRECRUZADOS: A REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL SOB O PRISMA DA IMPRENSA

Passados dois anos da instauração da república, ela viria a sofrer um de seus primeiros grandes revezes com a perpetração do golpe de estado do primeiro presidente, Deodoro da Fonseca, fechando o congresso, para depois, diante das reações populares, vir a renunciar ao seu cargo. As primeiras informações sobre o ocorrido no Diário de Notícias destacavam a existência de graves ocorrências políticas no Rio de Janeiro, com a dissolução das cortes e a declaração da ditadura<sup>52</sup>. A respeito de tais fatos, o jornal buscava justificar o interesse em Portugal por informações, esclarecendo que tudo o que naquele país se passava de extraordinário ou anormal despertava entre os lusos a mais viva curiosidade, e causava sensação, o que seria natural, atendendo aos laços que prendiam os portugueses ao Brasil e às íntimas relações em que deveriam viver ambas as nações. Ressaltava também que o maior desejo de todos era que os incidentes políticos brasileiros não se transformassem em comoções violentas que perturbassem a tranquilidade pública e atrasassem o desenvolvimento dos estados. Reconhecia que a situação era grave e vencê-la em plena paz, em todas as partes, seria bastante difícil, mas, com grande ansiedade, fazia votos ardentíssimos pela tranquilidade do Brasil<sup>53</sup>.

Diante de tão intrincada situação, o *Diário* afirmava que era fora de dúvida que a luta entre o governo e o parlamento assumiria um caráter de gravidade, que não era desconhecido de ninguém, de maneira que seria impossível continuar a viver com tal luta. Além disso, a folha reclamava da natureza das

<sup>52</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 5 de novembro de 1891. Ano 27. N. 9.284. p. 1.

<sup>53</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 6 de novembro de 1891. Ano 27. N. 9.285. p. 1.

notícias chegadas do Brasil, qualificando-as de contraditórias umas, e outras sem nenhum caráter de autenticidade<sup>54</sup>. Ainda a respeito dos acontecimentos em torno daquele golpe, o jornal lastimava todas as ocorrências que estavam agravando a situação do Brasil, e, sem entrar em apreciações, por não considerálas oportunas, desejava com ansiedade que as notícias que se fossem sucedendo trouxessem a grata esperança de que aquela poderosa nação poderia enfim entrar num caminho regular e normal, de paz e progresso. Sobre a ascensão do vice-presidente, Floriano Peixoto, dizia estimar saber que, na escolha do novo governo, e nas providências adotadas, conseguiria a jovem república, dentro em pouco vencer todas as dificuldades e conciliar as opiniões divergentes quanto à gerência pública e à integridade da nação. Declarava ainda que o maior desejo e o mais sério interesse de Portugal deveria ser que o Brasil tivesse sossego e felicidade para poder com os seus grandes recursos, fortalecer de novo o seu crédito e a sua fama dentro e fora da América<sup>55</sup>.

A segunda grande crise da república brasileira se daria em 1893, com o espocar da Revolta da Armada, um dos movimentos bélicos que contestou os novos detentores do poder. Perante tal evento houve uma certa tendência de silenciar em boa parte da imprensa lusitana, preocupada com suas repercussões. Com o *Diário de Notícias* não seria diferente afirmando diante de tais fatos que as reticências do cabo submarino deixavam os portugueses debaixo da mais cruel das incertezas e da mais dolorosa ansiedade. Considerava

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 7 de novembro de 1891. Ano 27. N. 9.286. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 25 de novembro de 1891. Ano 27. N. 9.304. p. 1.

que a falta de notícias a respeito da angustiosa situação daquela república era inteiramente o contrário do prolóquio francês - pas de nouvelles, bonnes nouvelles. Previa que, infelizmente, parecia estar ainda longe o dia, em que, solidificado e entrando nas vias normais, o Brasil restabelecesse a paz e vulgarizasse a confiança. Explicava que tal república estava pagando as despesas da sua aprendizagem, e seria para admirar que um povo, mal preparado para um regime democrático, tivesse dado desde logo provas de tino governativo. Mantendo a sua tradicional linha de conduta, o periódico dizia fazer votos para que o aprendizado, embora rude, fosse o mais rápido possível, e que as feridas da guerra civil, que lá andava ateada, se curassem sem profundo cautério, e sem que ficassem inolvidáveis cicatrizes, uma vez que era o sangue de irmãos que estava correndo e as suas desgraças não ficariam indiferentes, já que a nacionalidade brasileira era o orgulho dos lusitanos. Apelando para o divino, a folha diária declarava que seria o seu maior prazer e glória que a bandeira brasileira ostentasse a primazia entre as repúblicas do sul da América, pedindo a Deus que ouvisse os seus desejos, dando ao Brasil a serenidade necessária para manter a sua prosperidade e o seu decoro<sup>56</sup>.

Outro dos periódicos diários que circulava em Portugal, ao final do século XIX, foi *O Comércio do Porto*, cuja circulação na cidade homônima iniciou a 2 de junho de 1854, primeiro saindo três vezes por semana, para depois assumir a periodicidade diária. Sua assinatura no Porto custava 1\$500 réis por trimestre. Em Lisboa, províncias, ilhas adjacentes e Espanha o custo passava para 1\$700

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 11 de setembro de 1893. Ano 29. N. 9.954. p. 1.

réis por igual período. O jornal anunciava sua distribuição também na África ocidental, por 3\$800 réis semestrais e na África Oriental e Brasil, por 6\$000 réis para o mesmo período. Já o semestre para França, Bélgica, Itália, Inglaterra, Alemanha, Áustria-Hungria, Estados Unidos, Dinamarca, Suécia e Noruega custava 4\$600 réis. O custo do número avulso era de 20 réis<sup>57</sup>. Foi chamado de decano dos jornais portuenses, tendo surgido com o título apenas de *O Comércio*. Em 2 de janeiro de 1855 tornou-se diário e, um ano depois apresentava o título definitivo. Seus fundadores admitiram que seria viável a publicação de um jornal exclusivamente comercial, alheio a questões de política partidária e independente e, desde o início, dispôs de meios técnicos avançados<sup>58</sup>.

O Comércio do Porto viria a constituir-se numa das mais importantes publicações periódicas portuguesas e, na metade dos oitocentos, tinha oficina própria com prelo mecânico e, nos anos sessenta, aprimoraria o quadro de suas máquinas de impressão. Durante muito tempo manteve a venda de seus exemplares apenas em seus escritórios e, ao dobrar o século XIX, era um dos jornais mais antigos e de maior prestígio no Porto<sup>59</sup>. Em seu número inicial, afirmava que a praça do Porto precisava de um jornal de comércio, agricultura e indústria, onde se tratassem as matérias econômicas, históricas e instrutivas desses três poderosos elementos em que se assentava a prosperidade das nações modernas. Tal reclamação se dava tendo em vista a importância de tal

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 181.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> TENGARRINHA, 2006. p. 207.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> TENGARRINHA. 1989. p. 185, 202, 221, 229 e 234

cidade no interior, e pelo seu nome nos mercados estrangeiros. Anunciava que, a história, a geografia, a jurisprudência privativa, a literatura estrangeira e os grandes sucessos internacionais que pudessem afetar aquelas três indústrias, constituiriam objeto para seus artigos, que muitas vezes teriam por fim o recreio e a instrução dos leitores. Explicitava, assim que faria todos os esforços para revestir-se do que pudesse para ser interessante, por qualquer modo, aos comerciantes, agricultores e industriais<sup>60</sup>.

As primeiras notas do *Comércio do Porto* acerca da instauração da república brasileira diziam respeito a graves acontecimentos no Brasil, no qual a população era estranha ao movimento, ao passo que o comércio e os bancos estavam fechados. Diante de tal quadro, declarava que eram esperadas com a maior ansiedade as notícias acerca do movimento revolucionário no Rio de Janeiro<sup>61</sup>. A preferência do jornal pelo caráter informativo ficava explícita na busca por limitar-se a transcrever notícias, como ao afirmar que, pelos telegramas publicados, os leitores poderiam ter conhecimento dos acontecimentos políticos que se deram no Brasil. Ainda assim, manifestava o desejo de um bom destino para o nobre povo brasileiro, ao qual permaneciam ligados os lusos através de tantos afetos e tantas tradições, estando ambos presos simultaneamente por valiosíssimos laços de simpatia e de interesse. Além disso, almejava que não resultassem dias de provação e de infortúnio, que pudessem fazer estacionar a gloriosa marcha do desenvolvimento e do

<sup>60</sup> O COMÉRCIO (DO PORTO). Porto, 2 de junho de 1854. Ano 1. N. 1. p. 1.

<sup>61</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 16 de novembro de 1889. Ano 36. N. 293. p. 3.

progresso, que tanto vinha fazendo avantajar o Brasil entre os povos que sabiam ser verdadeiramente grandes<sup>62</sup>.

O periódico portuense chegou a conjeturar sobre as causas da insurreição brasileira, centrando-se na insatisfação dos militares e destacando que ali deixava consignados diversos traços, pelos quais não seria difícil descobrir o gérmen da fermentação revolucionária que se manifestara e cujo termo pacífico sinceramente desejava<sup>63</sup>. Saudava que os acontecimentos no Brasil não vinham ocasionando perturbação da ordem, mas ressaltava a carência de informações provenientes do outro lado do oceano<sup>64</sup>. Ainda que não tomasse partido quanto à forma de governo brasileira, o jornal não deixaria de fazer elogios ao destronado imperador. A respeito da chegada do mesmo em Portugal, afirmava que não tardaria a bater à porta do exílio o personagem ilustre que ainda havia pouco fora colocado nas culminâncias de um trono. Descrevia que, no último quartel da vida, já alquebrado de forças, D. Pedro II, o "mais democrata de todos os monarcas", tivera de ceder o passo a essa democracia que tanto amara, mas que avançara mais rapidamente do que ele previra<sup>65</sup>.

A respeito da primeira crise mais austera sofrida pela república brasileira, representada pelo fechamento do parlamento de parte de Deodoro da Fonseca e sua posterior renúncia, o *Comércio do Porto* limitou-se a noticiar os conflitos

<sup>62</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 17 de novembro de 1889. Ano 36. N. 294. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 17 de novembro de 1889. Ano 36. N. 294. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 19 de novembro de 1889. Ano 36. N. 296. p. 1.

<sup>65</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 20 de novembro de 1889. Ano 36. N. 297. p. 1.

entre o presidente e o congresso nacional. No que tange à opinião, o jornal afirmava que, na sua posição de observador imparcial, e sem os prejuízos do político militante, empenhado na luta partidária, poderia, sem medo de errar, dizer que a causa daquele duelo de gigantes repousava na completa ausência de educação política daqueles a quem estavam confiadas as missões de fazer as leis e de executá-las. Nesse sentido, explicava que o governo e o congresso, ambos não tiveram a nobre coragem de sopitar as paixões, fazer calar as ambições, guardar para mais tarde os rancores e, acima de tudo quanto era humano, colocar o sagrado – a imagem da pátria, a quem todos deviam amor e dedicação – em primeiro lugar<sup>66</sup>.

Já no que tange à crise gerada a partir da Revolta da Armada, o periódico lastimava a falta de informações a respeito dos negócios políticos do Brasil, uma vez que continuavam interrompidas as comunicações telegráficas do Rio de Janeiro para a Europa, e por esse motivo não eram recebidos telegramas dos correspondentes naquela capital, acerca dos gravíssimos acontecimentos que ali estavam ocorrendo<sup>67</sup>. Como foi o procedimento recorrente em boa parte do jornalismo lusitano, o Comércio do Porto optou por um certo silenciar em relação à nova tensão brasileira. Dessa forma, acerca da conflagração no Brasil dizia que em suas páginas ecoariam os sentimentos do povo português, fazendo votos de que em breve viessem os brasileiros a encontrar a tranquilidade, no labutar comum entregue à sua faina diária de movimentar

<sup>66</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 20 de novembro de 1891. Ano 38. N. 279. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 9 de setembro de 1893. Ano 40. N. 214. p. 1.

extraordinariamente a sua nação<sup>68</sup>. Na mesma linha, afirmava que só desejava que todos os filhos daquele grande país, tão rico e florescente, tão abundante de tudo quanto pudesse constituir a felicidade humana, encontrassem na razão e no patriotismo os conselheiros que os levassem a refletir nos males que poderiam causar a tão abençoada terra<sup>69</sup>.

Uma das preocupações da publicação diária portuense estava ligada às possíveis repercussões da crise brasileira entre os lusitanos. De acordo com sua concepção, os desastres que pudessem afetar a jovem república se repercutiriam em Portugal como calamidades de um povo amigo e, mais que amigo, de um povo irmão. Justificava sua apreensão, afirmando que nos estados da vasta república viviam, estavam estabelecidos, trabalhavam e faziam frutificar as suas aptidões e os seus capitais, muitos milhares de portugueses que olhavam o Brasil como uma segunda pátria, onde muitíssimos deles foram achar condições de vida mais favoráveis do que na própria Europa. Nesse sentido, destacava quanta ansiedade e inquietação deveriam ter produzido em todo o território português as notícias do conflito político levantado no Brasil e chegado à lamentável extremidade da luta armada, da guerra civil e fratricida. Considerava que tal país, unido num só corpo vigoroso e forte, seria uma potência que imporia respeito ao mundo, de maneira que, por certo, não haveria de guerer perder tal posição preponderante por causa de divergências de opiniões políticas internas. Mais uma vez fazia votos para que os homens de

<sup>68</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 16 de setembro de 1893. Ano 40. N. 220. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 29 de setembro de 1893. Ano 40. N. 231. p. 1.

estado brasileiros, as classes influentes e mais ilustradas, se compenetrassem seriamente da necessidade, superior a tudo, de terminar imediatamente com a revolução, por qualquer modo e sacrifício, salvaguardando a unidade da pátria<sup>70</sup>.

Dessa maneira, diante da proclamação da república brasileira e de suas primeiras crises, alguns jornais portugueses iriam preferir seguir um caminho diferenciado em relação àqueles que adotaram uma postura claramente partidarista. Ao contrário de outras folhas engajadas com uma determinada causa e cruzando armas em nome da monarquia ou da república, esses periódicos optaram por um compromisso eminentemente informativo. Mesmo que tivessem posições menos ou mais conservadoras ou progressistas, preferiram seguir o caráter noticioso, falando em nome de uma suposta neutralidade. Ainda que o golpe de estado de Deodoro da Fonseca tenha galvanizado uma opção mais intensa pelo engajamento partidarista em relação à forma de governo, a opção pela neutralidade informativa continuou sendo praticada por alguns representantes da imprensa lusa. Já diante da guerra no Brasil, o periodismo lusitano predominantemente noticioso intentou mais ainda demonstrar sua imparcialidade, visando não imiscuir-se no debate opinativo acerca daquele tão intricado momento da vida política brasileira<sup>44</sup>.

O *Diário de Notícias* e *O Comércio do Porto* representariam muito a contento tais tendências. Firmados como empresas jornalísticas, amplamente preocupadas com sua estruturação financeira, aprimoramento tecnológico e

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 21 de setembro de 1893. Ano 40. N. 224. p. 1.

ampliação de mercado consumidor, tais jornais voltaram suas construções discursivas essencialmente para a notícia, deixando de lado os debates exacerbados do jornalismo opinativo. Ainda que a neutralidade/imparcialidade fossem elementos constitutivos de execução quase impossível, essas publicações intentaram evitar o comentário, preferindo a apresentação de notícias das mais variadas formas, mormente através das transcrições. No caso da instauração da república no Brasil e de suas duas primeiras grandes crises em 1891 e 1893, os periódicos não iriam alterar tais procedimentos, buscando incessantemente informações acerca dos acontecimentos, mas evitando posicionarem-se diante deles e restringindo-se a desejar o pronto restabelecimento da ordem na jovem república, bem como almejar que as tensões na América não viessem a trazer resultados nefastos para Portugal e para a sua colônia em terras brasileiras. Foram diversas as publicações portuguesas que adotaram tal modo de proceder e este breve estudo de caso acerca de um jornal lisboeta e um portuense possibilita uma compreensão desse norte editorial, no universo de reações que caracterizou o conjunto da imprensa lusitana diante dos primeiros anos da república brasileira<sup>71</sup>.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> Publicado originalmente em: *Historiæ*. Rio Grande: FURG, 2010, v. 3, n. 3, p. 61-84.

A REPÚBLICA EM PORTUGAL E A EFEMÉRIDE DO 5 DE OUTUBRO NAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DA IMPRENSA ILUTRADA NO RIO DE JANEIRO: O CASO DE *O MALHO* 

Na virada do século XIX ao XX, a sociedade portuguesa passava por uma grave crise conjuntural que a afetava em suas mais variadas esferas, predominando um espírito de saudosismo e de insatisfação. As saudades dos tempos de outrora traziam as recordações de Portugal como uma nação hegemônica que dominava mares e continentes, mas que, com o passar das centúrias, e dos rearranjos no cenário internacional, perdera espaço progressivamente, até tornar-se um Estado de parcos recursos, subjugado aos interesses de outras potências que alastravam seu poderio pelo mundo. Já os descontentamentos advinham da percepção de que toda aquela riqueza do passado esvaíra-se, resultando em um país empobrecido e com escassas condições de almejar os caminhos de progresso atingido por outras nações, além do fato das possibilidades de ascensão social serem quase nulas para a maioria dos seus cidadãos.

Tal crise se manifestava de forma ampla, aguda e estrutural. Em termos de política internacional, o quinhão restante do amplo império colonial dilapidado ao longo do tempo, sofria constantes ameaças a partir da ação imperialista das potências europeias, mormente a Grã-Bretanha, cuja hegemonia sobre a nação lusa tornara-se inexorável ao longo dos últimos séculos. Havia também o infindável problema da dívida externa que acarretava uma instabilidade financeira cada vez mais contundente. As estruturas políticas internas se encontravam em frangalhos, em um quadro pelo qual o sistema partidário rotativo entre os dois principais grupos políticos monárquicos fragmentava-se e ruía, com múltiplas acusações entre governistas

e oposicionistas e pela formação de cisões no seio das duas agremiações. A linha tênue de desenvolvimento das décadas anteriores trouxe um surto industrial que, por sua vez, multiplicou o operariado. Somava-se a isso um crescente êxodo rural, do qual se originava uma massa urbana prenhe em insatisfações. Diante de tão sinistro quadro, cresciam as forças políticas alavancadas pelo espírito de contestação, alicerçadas em um heterogêneo movimento republicano e até em tendências políticas mais extremas, como o socialismo e o anarquismo.

Um dos fatores que mais agravou a crise política portuguesa na década de noventa foi o ultimato britânico estabelecido em janeiro de 1890. O projeto imperialista da Grã-Bretanha de dominar a África de norte a sul não levou em conta as velhas alianças com Portugal, cujos supostos direitos sobre terras localizadas em suas possessões entre em Angola e Moçambique, foram desconsiderados, sendo os lusitanos obrigados a abandonar tais pretensões. O ato de ceder à pressão inglesa teria um altíssimo custo político em relação às autoridades públicas portuguesas, gerando ferrenhas explosões de contestação, acirrando-se os espíritos de reivindicação, inclusive com o espocar de uma revolta republicana na cidade do Porto, a qual, ainda que reprimida pelas forças legais, abriu mais uma fissura nas já desgastadas estruturas portuguesas.

A instauração da forma republicana de governo no Brasil também serviu como um catalisador do republicanismo luso, a partir da perspectiva de que se os Bragança haviam caído nos trópicos, o mesmo poderia ocorrer na Europa, aparecendo como um alento para o movimento antimonárquico que encontrava

mais um fator de mobilização. Além disso, uma certa instabilidade nas relações entre o Brasil republicano e Portugal monárquica recrudesceu nessa época, em muito estimulada pela imprensa de ambos os países, bem como da ação de um grupo político radical brasileiro, com forte espírito nacionalista e lusófobo. Tal situação, agravada pelo asilo concedido em naus lusitanas a rebeldes brasileiros, levou ao rompimento diplomático brasileiro-lusitano, o qual também prejudicou a governabilidade no país ibérico. O elemento constitutivo mais decisivo para a ruptura final da Monarquia Portuguesa foi o regicídio, ocorrido em 1908, com o assassinato do rei D. Carlos e do príncipe Luís Felipe, ficando a coroa para o jovem sucessor D. Manoel II. A crise tendeu a agravar-se naqueles estertores da forma monárquica de governo, desencadeando o movimento que levou à instauração da república, em 5 de outubro de 1910<sup>72</sup>.

A mudança na forma de governo portuguesa encontrou significativo eco no jornalismo internacional. Nesse sentido, ainda que Portugal fosse na época um país quase ignorado pelos periódicos estrangeiros, a revolta republicana em

\_

A respeito da transição portuguesa à forma de governo republicana, ver: SERRÃO, Joel. & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). Nova História de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 11.; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. Lisboa: Editorial Verbo, 1988. v. 10.; MATOSO, José (dir.). História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. v. 7.; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Da Monarquia para a República. In: TENGARRINHA, José M. (org.). História de Portugal. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 283-295.; HOMEM, Amadeu Carvalho. A propaganda republicana (1870-1910). Coimbra: Coimbra Editora, 1990.; HOMEM, Amadeu Carvalho. Da Monarquia à República. Viseu: Palimage, 2001.; CATROGA, Fernando. O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de outubro de 1910. 2.ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.; e TENGARRINHA, José M. Estudos de História Contemporânea de Portugal. Lisboa: Editorial Caminho, 1983.

Lisboa e a queda da Casa de Bragança orientaram as atenções do mundo para o que se passava junto à foz do Tejo, à semelhança daquilo que ocorrera dois anos e meio antes, com o regicídio que vitimou D. Carlos e o príncipe herdeiro<sup>73</sup>. Tal fenômeno de cobertura da mudança estrutural lusa por meio do jornalismo internacional também ocorreu no Brasil, ainda com maior ênfase, tendo em vista as relações históricas e tradicionais entre os dois países, além da presença de uma numerosa colônia lusitana em território brasileiro, sempre ávida por informes a respeito da terra natal. Nessa linha, a vitória republicana em Portugal constituiu assunto do dia no periodismo brasileiro, notadamente quanto aos representantes da imprensa editada no Rio de Janeiro<sup>74</sup>, como foi o caso das revistas ilustradas cariocas que elaboraram representações imagéticas sobre a mudança da forma de governo no contexto luso e, posteriormente, fizeram referências à efeméride do 5 de outubro., dentre as quais esteve O *Malho*, objeto de estudo deste ensaio.

O Malho, publicado no Rio de Janeiro, entre 1902 e 195475, foi uma das mais importantes revistas ilustradas impressas no Brasil, trazendo uma proposta editorial marcada pelo prisma satírico-humorístico e apresentando significativo conteúdo caricatural, além das incursões ao campo artístico-

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup> MONICO, Reto & VIEIRA, Joaquim. República em Portugal! - o 5 de Outubro visto pela imprensa internacional. Almoçageme: Pedra da Lua, 2010. p. 7.

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> ALVES, Francisco das Neves. A forma de governo republicana em questão: estudos com base no periodismo. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2023. p. 59-63.

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 1, p. 144 e 146.

literário e às narrações voltadas ao cotidiano. O instrumento que dá título à publicação equivale a um martelo de grandes dimensões utilizado pelo ferreiro, devendo ser manejado com ambas as mãos, ao passo que a bigorna consiste em um objeto de ferro no qual são malhados e amoldados metais. A denominação do periódico também vinha ao encontro da expressão "malhar" que, além de bater com malho, significa também, informalmente, censurar, criticar, fazer troça, escarnecer e zombar, bem em consonância com as propostas da publicação.

Simbolicamente, o malho ou o martelo constituem um "instrumento próprio do ferreiro e dotado de um místico poder de criação"76, e sua figura traz consigo uma relação com a "atividade celeste" e a "fabricação do raio". Nesse sentido, "o martelo representa a atividade formadora ou demiúrgica", podendo também constituir "o método, a vontade espiritual acionando a faculdade de conhecer, que recorta em ideias e conceitos e estimula o conhecimento distintivo". Ainda sob a perspectiva simbólica, uma outra interpretação para o malho está vinculada ao "símbolo da inteligência que age e persevera", a qual "dirige o pensamento e anima a meditação daquele que, no silêncio de sua consciência, procura a verdade"77. A imagem normalmente associada ao malho, inclusive nas gravuras da revista ilustrada carioca, a da bigorna, apresenta em si o "símbolo da terra e da matéria", correspondendo "ao princípio passivo e

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup> CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 374.

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 577-578.

feminino, por contraposição ao martelo, de caráter fecundador"<sup>78</sup>. Assim, "a bigorna aparenta-se à feminidade" e à passividade, da "qual sairão as obras do ferreiro, princípio masculino", revelando-se "como um princípio passivo a ser fecundado, em que "o ferreiro, tal como o raio, seria o princípio ativo e fecundante"<sup>79</sup>.

A circulação de *O Malho* iniciou a 20 de setembro de 1902, fundado por Luís Bartolomeu, trazendo um conteúdo humorístico, que se tornou também político, a partir de 1904. A revista contou com a colaboração de nomes como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Menezes e Bastos Tigres. No que tange ao desenho, atuaram na sua edição iconográfica Raul, Calixto, J. Carlos, Crispim do Amaral, J. Ramos Lobão, Leônidas Freire, Gil, Alfredo Storni, Alfredo Cândido, Vasco Lima, Seth, Augusto Rocha, Yantok, Loureiro, Luís Peixoto, Nassara, Théo, Enrique Figueiroa, Del Pino, Andres Guevara, ou seja, "ao longo de toda a sua existência", contou "com os maiores caricaturistas da época". A folha envolveu-se em várias questões políticas, como no caso da Campanha Civilista, combatendo a candidatura de Rui Barbosa. A direção do periódico, desde 1918, coube a Álvaro Moreyra e J. Carlos e, durante a República Velha, "*O Malho* foi uma das mais prestigiosas revistas de crítica"80.

<sup>78</sup> CIRLOT, p. 118.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> CHEVALIER & GHEERBRANT, p. 132.

<sup>&</sup>lt;sup>80</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil.* 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 301.

Como folha ilustrada, *O Malho* fez parte do conjunto de revistas que "entretinham com informações leves e, sobretudo, apuro gráfico". Em tais periódicos, "os ilustradores foram fundamentais no quadro de uma população com alto índice de analfabetismo, para a qual imagens comunicavam mais que o texto"<sup>81</sup>. A afirmação da revista ilustrada carioca deu-se em uma conjuntura marcada pelo "crescimento e diversificação do mercado editorial", que se "assentaram no tripé da florescente economia urbano-industrial, em combinação com a modernização técnica e a ampliação do mercado leitor"<sup>82</sup>. Nessa época, "os periódicos transformam gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se auto-referenciam", em um quadro pelo qual, "passam a ser cada vez mais ícones de modernidade, numa cidade que quer ser símbolo de um novo tempo"<sup>83</sup>.

A partir da instauração da forma de governo republicana, a "representação cômica da vida nacional adquiriu novas dimensões" e, além disso, houve um "significativo incremento da imprensa, mediante o aperfeiçoamento tecnológico das oficinas gráficas", o qual "praticamente acompanha a intensificação do crescimento urbano do país". Assim, "a tradição da representação humorística ganha maior força e se aprofunda com o

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>81</sup> ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 91.

<sup>82</sup> COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. p. 104.

<sup>&</sup>lt;sup>83</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 22.

desenvolvimento da imprensa e com a proliferação das revistas ilustradas"84. Nesse contexto, *O Malho* "vingou e prosperou" e, "para isso, teve de fazer-se profundamente popular", aproximando seu norte editorial de segmentos sociais vinculados ao mundo do trabalho e aproximando-se de sociedades artísticas e recreativas, lançando mão do recurso da fotografia, além da própria caricatura85. Tal "feição popular, pela qual se tornaria imensamente difundido em todo o Brasil, já se firmara desde 1905", levando "o homem da rua" a gozar do "espetáculo daqueles figurões, proclamando alto e bom som o que o povo imaginava de fato que fosse o pensamento de cada um dos fantoches do imenso palco da politicagem nacional"86.

Ao refletir caricaturalmente a vida na capital federal, *O Malho* trazia uma perspectiva do Brasil como um todo, de modo que a "transgressão mantida pelo humor visual" mostrava um Rio de Janeiro que, "como outros núcleos administrativos, comerciais e industriais, possuía um dinamismo demográfico singular", ao assumir "o papel de 'cartão postal' do país" e "apresentando-se como maior exemplo da modernidade nacional, síntese do país em dia com o mundo", ou seja, "apresentável para estrangeiros e digno objeto para a

<sup>&</sup>lt;sup>84</sup> SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 297-298.

<sup>&</sup>lt;sup>85</sup> MONTEIRO LOBATO, José Bento Renato. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1946. p. 20-21.

<sup>&</sup>lt;sup>86</sup> LIMA, v. 1, p. 146.

contemplação (e submissão) de seus habitantes"<sup>87</sup>. Como caixa de ressonância do Brasil, o Rio de Janeiro, por meio de suas revistas ilustradas e humorísticas, mostrava que se a República fora "o paradigma da modernidade para os opositores da Monarquia", os anos iniciais da nova forma de governo traziam consigo "o paraíso e o inferno desta utopia", notadamente com a continuidade "do poder político de caráter oligárquico controlado por latifundiários"<sup>88</sup>.

Nessa conjuntura, no século XX, *O Malho* foi, "politicamente, de uma importância comparável à da *Revista Ilustrada*", mais importante publicação de seu gênero na centúria anterior, de modo que, já "a partir de 1904, constituiu a maior força política de combate, mercê de suas famosas charges assinadas por todos os grandes nomes da caricatura nacional". Nesse sentido, nada poupava "aos adversários, como no caso da Campanha Civilista, combatendo Rui Barbosa, e na Revolução de 1930, ridicularizando os candidatos da Aliança Liberal". Desde 1918, adquiriu "feição mais literária e mundana, embora sem perder nada do antigo interesse político, pela continuação das sátiras", ao manter "o velho tom polêmico". Suas "críticas tiveram uma tremenda repercussão em todo país" e "*O Malho* teria uma parte muito importante na política, nos pródromos da Revolução de 1930, não porque se batesse por ela, mas, justamente ao contrário, porque defendia o governo Washington Luís". Nessa época, suas "sátiras terríveis" ridicularizavam as principais lideranças da Aliança Liberal, muitas das quais se transformariam em comandantes do movimento revolucionário vitorioso. Tal postura custaria caro à empresa jornalística, pois esteve entre os vários

<sup>&</sup>lt;sup>87</sup> SILVA, Marcos A. da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 12-13.

<sup>&</sup>lt;sup>88</sup> LEMOS, Renato. *Uma História do Brasil através da caricatura (1840-2006)*. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora e Produtora de Arte, 2001. p. 31.

empreendimentos jornalísticos que foram empastelados e incendiados, vindo a sua circulação a ficar interrompida, desde os meses finais de 1930 até os iniciais do ano seguinte. Após retomar as suas edições, o periódico, tendo em vista a situação política nacional, desde os anos 1930 "ao fim do Estado Novo, tornou-se quase que exclusivamente literário e de atualidade, para no final de sua existência enveredar novamente pela política"<sup>89</sup>.

Em sua apresentação, a revista dizia ser "praxe que um jornal" trouxesse o seu programa, no qual desfiava "boquiaberto um rosário de promessas", mas, em oposição e como um "iconoclasta de nascença", pretendendo "atacar e destruir a praxe", afirmava que não iria expressar seu conteúdo programático. Nesse sentido, conforme "o seu nome bem o indica", se propunha a utilizar a bigorna, batendo-lhe a ferro na sua oficina, destacando, com ironia, que manteria a "tranquila consciência", visando a concorrer "eficazmente para o melhoramento" da "raça humana". Pretendia ainda contribuir para "todos os elementos" de "desenvolvimento do riso" e, mais uma vez em referência ao seu título, demarcava que, em meio a tantas "tristezas e lamentações", faria soar "cantante o bimbalhar" de "sons alegres" nas bigornas<sup>90</sup>.

Ao completar seu primeiro aniversário, a redação do periódico declarava que se tratava de uma "existência decorrida por entre estos de verdadeira alegria, na serenidade que dá o bom humor e que a boa alma faz". Dizia também que, em suas "páginas despretensiosas e ligeiras", seria encontrada "entre o riso

<sup>&</sup>lt;sup>89</sup> LIMA, v. 1, p. 144-149.

<sup>&</sup>lt;sup>90</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 20 set. 1902, a. 1, n. 1, p. 3.

e a sátira, entre a ironia e a gargalhada, toda a vida de um ano do Rio de Janeiro, vista nos seus diferentes e variados aspectos – político, artístico, social, literário, científico", toda ela "encarada sob o prisma do bom humor" e "apreciada à luz da mais serena imparcialidade". Garantia que suas edições guardavam "a verdade" como o "culto mais rigoroso" e defendiam "a causa dos pequenos e dos oprimidos contra os mandões e os opressores", bem como davam "guarida aos talentos que desabrocham", propondo-se a rever "com íntima satisfação o caminho percorrido" e "com serena confiança o trecho por galgar" 91.

Na crônica que marcava o terceiro aniversário, *O Malho* ressaltava que, ao aparecer, recebera "prognósticos pessimistas", pois "seria uma loucura tentar obter que uma população de tristes sustentasse um jornal alegre", ou seja, teria constituído "uma tentativa previamente condenada a de querer implantar num meio retraído, fechado, convencional, um jornal indiscreto" e "graciosamente irreverente". Apesar de tal pessimismo, como uma "conquista do público", a redação explicava que "o *Malho* é hoje o jornal de sua predileção, o jornal popular por excelência, o que ele mais quer, mais estima e mais procura". Nesse sentido, discordava que o brasileiro fosse um "povo fúnebre e desolado", e isto sim, sabia "ser alegre", carregando como "nota característica de seu espírito a ironia", preferindo, ao invés da "gargalhada, o sorriso franco, irônico, amargo, sarcástico". Considerava ainda que "a crítica leve, rápida, mordaz e alegre, o exagero dos sentimentos, das atividades, dos pensamentos e das palavras", os quais valeriam "pela caricatura, o comentário simples, singelo, artificialmente

<sup>&</sup>lt;sup>91</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 19 set. 1903, a. 2, n. 53, p. 3.

inocente" é que dariam origem às "páginas que naturalmente agradam ao povo brasileiro"<sup>92</sup>.

Mantendo a linha de pensamento, a folha argumentava que era do agrado dos brasileiros "a independência das opiniões, a liberdade da crítica, a manifestação continuada e sincera de que não se está de joelhos", de modo que teriam sido tais características que deram "ao *Malho* a simpatia do público". Comentava que "o jornal e o público ligaram-se, confabularam intimamente, trocaram ideias, fundiram-se em sentimento", uma vez que este encontrou nas páginas do periódico "o que pensa, o que sente, o que quer, o que aspira, o que aplaude e o que condena". Afiançava também que "nenhum outro jornal penetrou como ele na vida íntima do povo", ao divulgar as mais amplas manifestações e trazer "a impressão nítida do que é o Brasil desta época", e "não só a capital, mas todos os Estados" estando representados em seus segmentos textuais e iconográficos. Para além do local e do nacional, destacava que sua cobertura chegava ao nível internacional, uma vez que transpusera "os limites da capital" e "a linha dos Estados", para tornar-se uma "revista universal e original", que não se limitava a transcrever informações, mas sim analisá-las<sup>93</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>92</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 17 set. 1904, a. 3, n. 105, p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 17 set. 1904, a. 3, n. 105, p. 4. Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2022. A presença da canhoneira Panther e a querela diplomática brasileiro-alemã na perspectiva das empresas de O Malho p. 17-28.

O surgimento da forma republicana em Portugal contou com o aplauso da publicação carioca, que fez extensa cobertura jornalística sobre o evento, bem como produziu várias imagens refletindo acerca de tal transição. Um dos principais tópicos abordados pela revista foi o da possibilidade da extinção do clericalismo em meio à sociedade lusa por ocasião da instalação da república. Nesse caso esteve a presença de dois personagens que rezavam para que a relevância do catolicismo não fosse erradicada a partir do 5 de outubro<sup>94</sup>. Na mesma linha, um clérigo era expulso de Portugal e a expulsão do jesuitismo era apresentada como a dama republicana – histórica representação de tal forma de governo – despachando os religiosos pelo esgoto, após puxar a descarga de um vaso sanitário. A mesma figura feminina, espantava padres e freiras, portando a tocha que trazia o significado da luz que acabaria com o obscurantismo até então predominante<sup>95</sup>. Em outra caricatura, era a própria caricatura que representava a população portuguesa quem, sob a inspiração do espírito revolucionário, regurgitava os jesuítas da nação lusa<sup>96</sup>.

\_

<sup>94</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 8 out. 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>95</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 15 out. 1910.

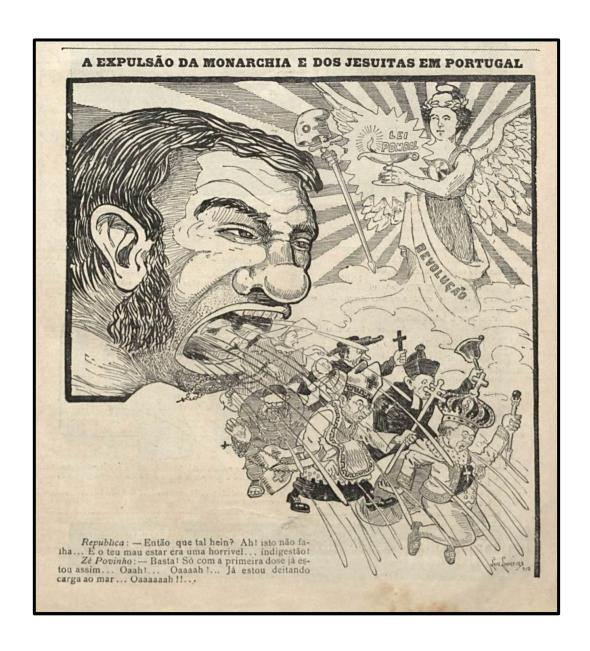
<sup>96</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 22 out. 1910.

# O MALHO ECHOS DA REVOLUÇÃO EM PORTUGAL: PELO TELEGRAPHO SEM FIO Ella - Ah! meu Deus! Permitti que os homens da tal republica não sejam inimigos dos santos padres!... Elle: - Pai do céu! Permitti que os homens da Republica tenham mais juizo que os outros 1...









A tradicional imagem do Zé Povinho, que ganhara ampla popularidade como representação do povo português, estampou uma das capas de *O Malho*, incorporando um espírito revolucionário, com a arma em uma das mãos e a nova bandeira republica na outra. O velho cavaleiro lusitano, outro símbolo representativo da sociedade portuguesa, também surgia, agora ostentando um barrete frígio – designando o republicanismo – e surpreendendo as monarquias europeias<sup>97</sup>. A recepção da mudança política em Portugal no contexto brasileiro também foi abordada por *O Malho*, como foi o caso do desenho que defendia o reconhecimento imediato da nova forma república – apresentada como um sol nascente portando o barrete frígio – pelo Brasil. Em sentido próximo, a mulherrepública portuguesa esperava de braços abertos pela aceitação brasileira quanto à sua instauração<sup>98</sup>. O reconhecimento da república lusitana pelo governo brasileiro contou com o entusiasmo da revista carioca, que publicou uma alegoria contando mais uma vez com a presença da dama do barrete frígio para enaltecer aquele momento<sup>99</sup>.

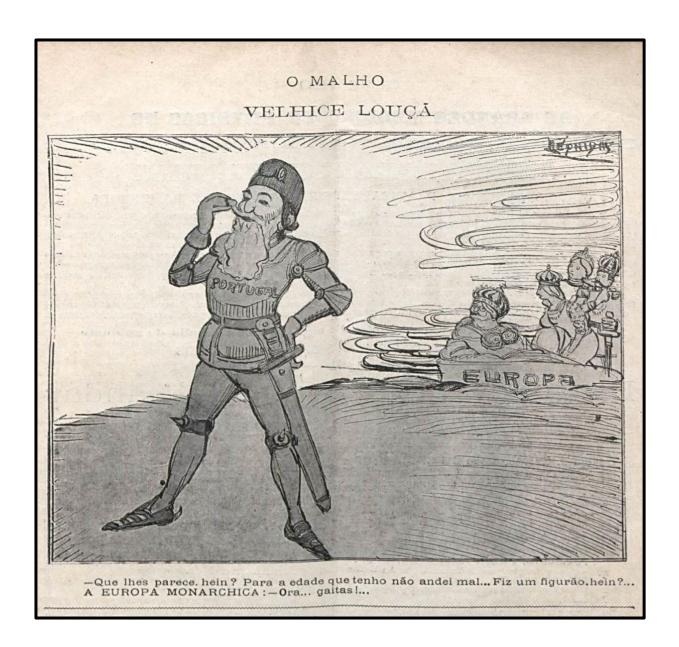
-

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 15 out. 1910.

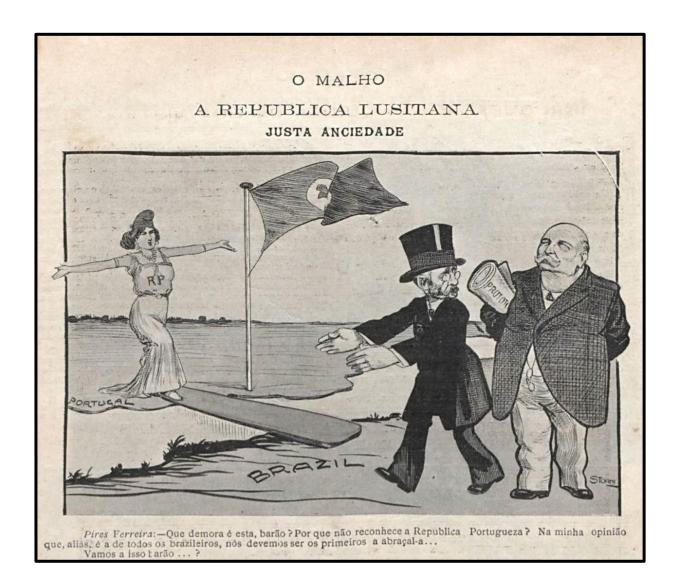
<sup>98</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 22 out. 1910.

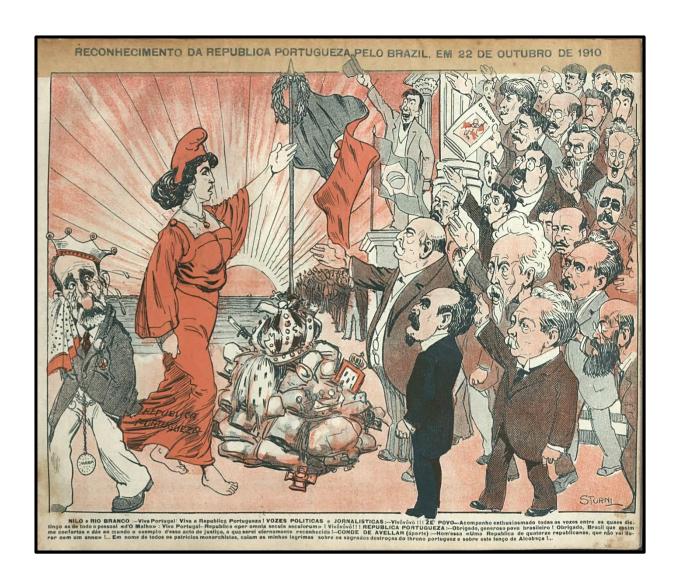
<sup>99</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 29 out. 1910.











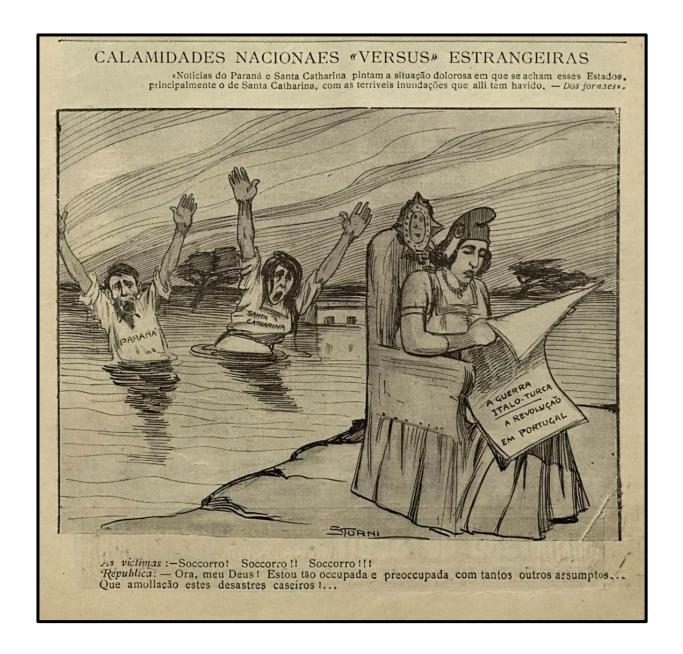
Nos anos que se seguiram imediatamente à transição política de 1910, à época do aniversário da nova república, uma das preocupações do periódico ilustrado carioca foi com o movimento de restauração monárquica em Portugal. Assim, o semanário mostrava a dama republicana brasileira sem perceber os males de uma enchente no sul do país, mais preocupada com o noticiário internacional, em meio ao qual estavam os acontecimentos em terras lusas. Em um conjunto caricatural sobre a conjuntura internacional, a folha fazia referência à Guerra Ítalo-Turca e comentava com ironia as diferentes versões sobre os fatos em Portugal, sob o prisma da imprensa monárquica e republicana<sup>100</sup>. O tema permaneceu no ano seguinte, quando o hebdomadário mostrou emigrados lusitanos no Brasil festejando o intento sebastianista em sua terra natal<sup>101</sup>. Passada essa crise, por diversas vezes *O Malho* saudou o 5 de outubro, como uma homenagem à nova forma de governo portuguesa. Foi o caso do sétimo aniversário, no qual uma figura masculina que representava o Brasil cumprimenta a dama do barrete frígio lusa, com o pavilhão nacional à mão, o qual era beijado pelo personagem Zé Povinho. Na mesma ocasião, o periódico elogiava Portugal, mostrando o velho cavaleiro e um soldado lutando pelo território de além-mar, assim como apresentando a jovem dama republicana lusa como um exemplo a ser seguido pela brasileira, no que tane ao tratamento dado à politicagem<sup>102</sup>.

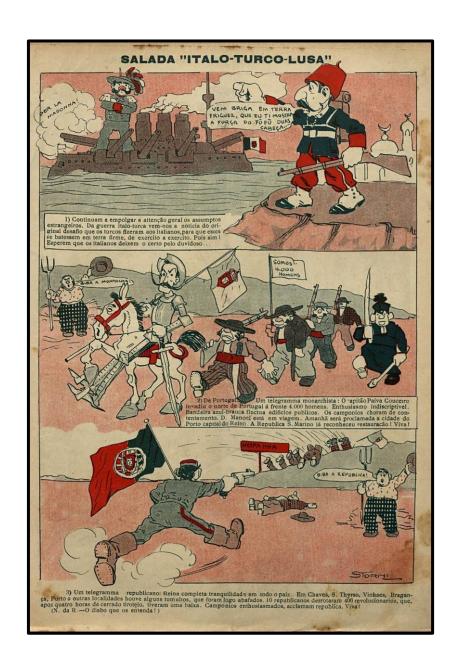
\_

<sup>100</sup> O MALHO, Rio de Janeiro, 14 out. 1911.

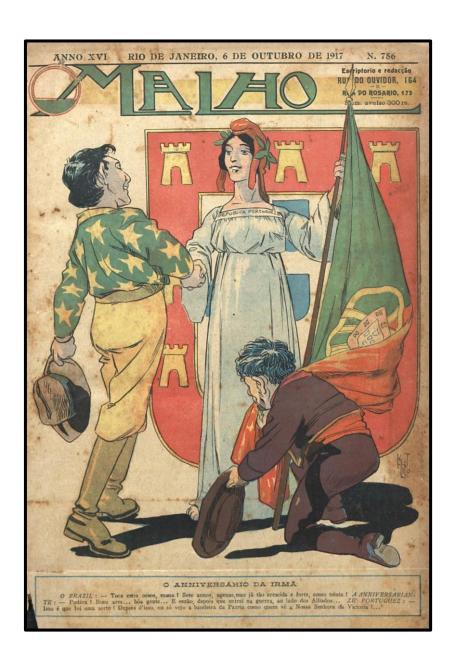
<sup>&</sup>lt;sup>101</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 5 out. 1912.

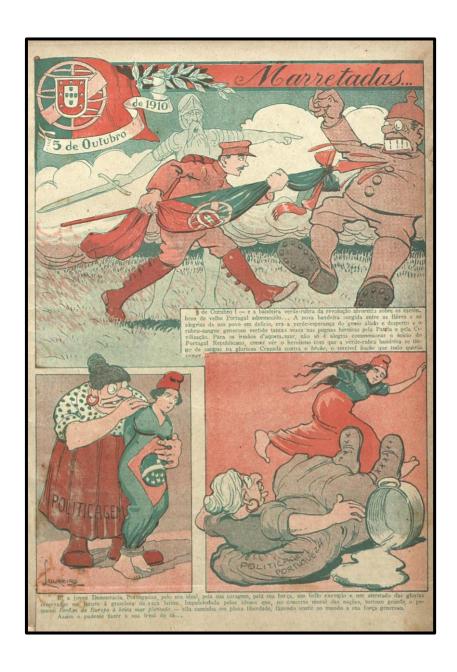
<sup>102</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 6 out. 1917.









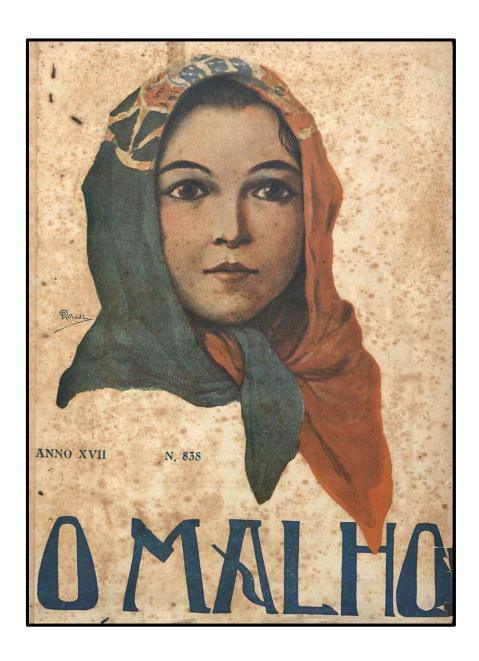


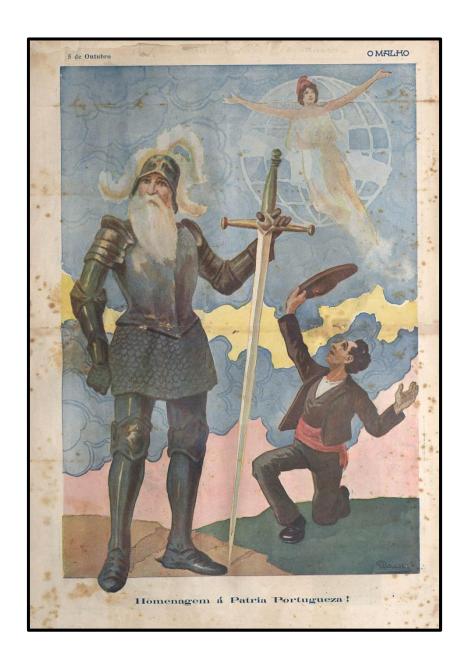
Além disso, as homenagens especiais ao 5 de outubro estenderam-se alternadamente pelo menos nos cinco lustros seguintes, como ao aparecer estampada na capa da revista a figura de uma jovem utilizando-se da bandeira republicana lusa como um lenço e, nas páginas interiores, houve a presença do velho cavalheiro junto de um cidadão português, enquanto nos céus pairava o símbolo feminino republicano em uma "homenagem à pátria portuguesa<sup>103</sup>. Em seguida, surgia uma menina-república, recebendo um buquê de flores e agradecendo, com a certeza de que haveria de crescer<sup>104</sup>. Mais tarde era o Cardoso, figura que o periódico utilizou-se para representar o homem comum brasileiro, quem saudava a jovem república lusitana<sup>105</sup>. Outro destaque ao 5 de outubro foi demarcado pelo retrato do Presidente da Republica Portuguesa, Antônio Oscar de Fragoso Carmona, que estampou a capa do hebdomadário brasileiro, que trazia ao fundo as corres vermelho e verde, em alusão à bandeira nacional lusa, após a instauração do novo regime<sup>106</sup>.

<sup>103</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 5 out. 1918.

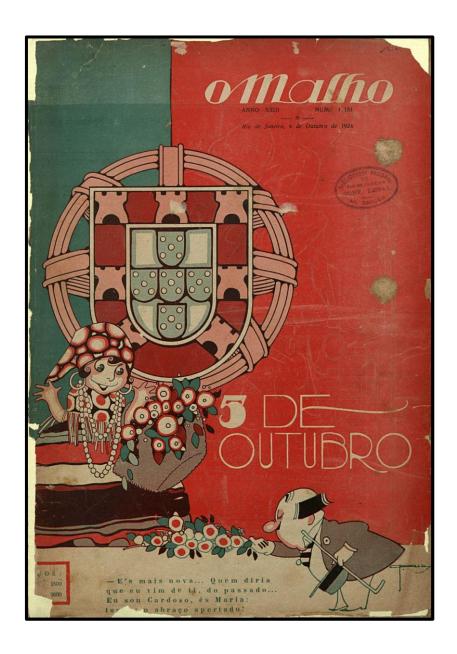
<sup>104</sup> O MALHO, Rio de Janeiro, 4 out. 1919. 105 O MALHO. Rio de Janeiro, 4 out. 1924.

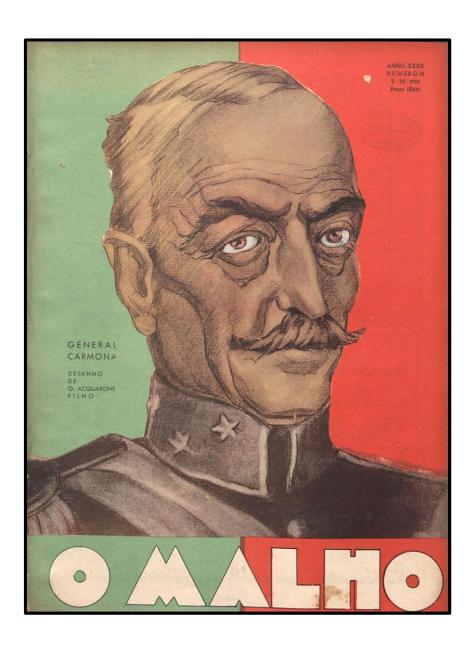
<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> O MALHO. Rio de Janeiro, 5 out. 1933.











Assim, com suas representações imagéticas associadas às construções textuais, que em conjunto traduziam posicionamentos e opiniões incisivas, críticas e chistosas para com os acontecimentos, *O Malho* observou os acontecimentos que levaram à desintegração monárquica e à ascensão republicana em Portugal. Nesse sentido, praticando uma abordagem joco-séria, ou seja, tendo uma pauta satírico-humorística, que lançava seu olhar crítico sobre os acontecimentos, ou seja, misturando jocosidade e seriedade, a revista ilustrada concentrou seu enfoque nos posicionamentos anticlericais e no apoio inconteste à transformação política ocorrida no meio luso. Defensor do status quo na conjuntura brasileira, *O Malho* viu com bons olhos tal mudança institucional, imaginando que a existência de uma república de cada lado do Atlântico, seria uma condição fundamental para garantir ainda maior aproximação entre Brasil e Portugal

## A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA EM PORTUGAL NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO CARIOCA *O PAÍS*

As conexões entre o republicanismo brasileiro e português tiveram um sentido histórico bastante amplo, com a constante troca de experiências e planejamento nas estratégias de ação. Nesse sentido, o surgimento da república no Brasil serviria como um estímulo ao movimento antimonárquico luso, cm a perspectiva da queda dos Bragança na América poderia se repetir na Europa. A imprensa teria um papel fundamental nesse processo, tanto que os jornais republicanos lusitanos vibraram com a mudança da forma de governo no Brasil. A recíproca seria verdadeira quando, em 5 de outubro de 1910, os periodistas do país tropical congratularam-se com a transformação política portuguesa. Foi o caso de *O País*, tradicional publicação de combate ao monarquismo, a qual se manifestou com veemência por ocasião daquela modificação institucional de 1910, inclusive por meio das ilustrações estampadas em suas folhas, ao longo do primeiro semestre decorrida a partir daquela data, objeto de estudo deste ensaio.

Na virada do século XIX para o XX, a imprensa brasileira passava por uma etapa de expansão quantitativa e qualitativa, com o surgimento de periódico dos mais variados gêneros. A cidade do Rio de Janeiro, epicentro cultural do país, era um verdadeiro termômetro desses avanços jornalísticos, servindo de inspiração para as demais regiões brasileiras. Dentre esses jornais, passaram a ser publicados diários que marcaram época, pelo seu impacto e longevidade<sup>107</sup>. Foi o caso de *O País*, fundado no Rio de Janeiro, a 1º de outubro

<sup>&</sup>lt;sup>107</sup> A respeito da imprensa nessa época, observar: MATTOS, José Veríssimo de. A imprensa. In: ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL. *Livro do centenário* (1500-1900). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. v. 1. p. 31-71.; e SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil.* 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

de 1884, vindo a ter um papel fundamental na expressão do ideário republicano no país, ao longo de sua circulação que se estendeu até 1934<sup>108</sup>. À sua frente esteve Quintino Bocaiúva que viria a se tornar uma espécie de símbolo do republicanismo brasileiro, inclusive no âmbito internacional, como foi o caso das repercussões do pensamento antimonárquico e da instauração da república em meio ao jornalismo lusitano e nas interações com o republicanismo português.

Por ocasião da instalação da República em Portugal, *O País* manifestou-se entusiasticamente, referindo-se ao momento em que "as aspirações democráticas do povo conseguiram afirmar a sua força", dominando "as resistências materiais" e suprimindo "a secular e carcomida instituição da realeza". Buscava esclarecer que no contexto luso "evidentemente planejara-se há muito a revolução", em um quadro pelo qual "os diretores do partido republicano" tinham amplo conhecimento das limitações do regime monárquico. Nesse sentido, aplaudia a vitória do republicanismo, ao considerar que "a realeza é uma instituição inerte e parasitária, que vive como uma reminiscência histórica, sem influir na atividade de um povo, sem colaborar, portanto, para a sua política e para o seu poder". A transformação política lusa ocupou a manchete do periódico, em matéria acompanhada pela fotografia pelos novos protagonistas do poder no país ibérico<sup>109</sup>.

<sup>108</sup> LEAL, Carlos Eduardo. O País. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas [s.d].

<sup>109</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 6 out. 1910.



A redação do diário carioca reforçava a motivação de sua exultação para com a troca institucional na conjuntura lusitana:

Órgão democrático, prestando desde a primeira hora o concurso de sua lealdade à vitória dos ideais republicanos, o *País* considera de inolvidável ventura para si o dia em que na terra portuguesa se proclamou a nova forma de governo. Faltaria à sua consciência, se o não confessasse com o entusiasmo mais vibrante. Quando a 15 de novembro de 1889, aqui derrubamos a monarquia, os nossos correligionários d Portugal animaram-nos com as demonstrações mais calorosas de júbilo, festejando o nosso triunfo como se fossem eles os vencedores. Vinte e um anos depois cheganos a vez de nos associarmos à sua alegria, por obra idêntica de transformação institucional. Que o destino seja generoso com a nobre terra de Portugal, permitindo que, à sombra das liberdades republicanas, esse país de gente tão amorosa como brava, fonte de onde emanou a nossa pátria, deslumbre de novo o mundo com a sua força, a sua altivez e a sua prosperidade! 110

A partir de então, *O País* utilizou-se largamente das representações imagéticas para refletir sobre a nova forma de governo portuguesa e os fenômenos político-ideológicos e socioculturais associados a tal transição. Uma das presenças mais comuns em meio a essas imagens foi a da dama republicana, verdadeiro símbolo que, inspiração francesa<sup>111</sup>, ganhou significativa expressão no Brasil para demonstrar o republicanismo<sup>112</sup>., refletindo uma designação que associou a figura feminina a elementos como a liberdade, a

<sup>&</sup>lt;sup>110</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 6 out. 1910.

AGULHON, Maurice & BONTE, Pierre. *Marianne – les visages de la République*. Paris: Gallimand, 1992. p. 24-25, 31, 35 e 46-47.

<sup>&</sup>lt;sup>112</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 75 e 78-80.

democracia e a própria república<sup>113</sup>. Na primeira dessas representações, os portugueses eram considerados como um "povo legendário", ao passo que a dama do barrete frígio carregava o escudo da nova república e o livro da história, no sentido do registro daquele momento considerado como notável. Além disso, na alegoria, o "calor da purificadora chama da revolução" servia para queimar a coroa, o clero e a nobreza, que trariam consigo a simbologia do regime decaído recentemente<sup>114</sup>. Os políticos lusos vinculados à monarquia também eram ridicularizados pelo jornal carioca, que mostrava um deles choroso pela perda do poder, figura acompanhada pela expressão latina segundo a qual assim passava a glória do mundo, em alusão aos cargos de mando usufruídos até então e que teriam sido perdidos a partir de 5 de outubro<sup>115</sup>. A transição política era vista pelo periódico como um momento de "ressurreição" para a sociedade lusa, perspectiva demonstrada pelo desenho que fazia referência à emancipação lusa do domínio mouro, em 1139 e no qual o velho cavaleiro - tradicional representação da nação portuguesa - expulsava de Portugal o clero, a realeza e a nobreza cortesã<sup>116</sup>. A mesma referência cronológica acontecia em outra alegoria na qual o cavaleiro ancião dava um beijo de agradecimento na dama republicana<sup>117</sup>.

-

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora da UNESP, 2017. p. 96.

<sup>114</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 6 out. 1910.

<sup>115</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 7 out. 1910.

<sup>116</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 8 out. 1910.

<sup>117</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 9 out. 1910.









Um dos tópicos mais abordados pelo *País* ao tratar da vitória republicana em Portugal esteve vinculado ao que considerava como excesso de clericalismo vigente à época monárquica e à própria resistência dos religiosos à mudança institucional, tendo em vista a iminente perda de privilégios. Nesse contexto esteve a ilustração na qual um padre pregava inverdades aos seus fieis, associando os republicanos a uma prática anticristã<sup>118</sup>. Em outra caricatura, os clérigos eram relacionados à práticas de roubo e terrorismo, pois apareciam com armas e explosivos à mão, prontos à combater o novel regime<sup>119</sup>. Os religiosos eram ainda identificados como errantes, pois teriam de se afastar de suas tradicionais funções e inclusive evadirem de Portugal, vindo a buscar novos lugares em que pudessem voltar a atuar<sup>120</sup>. As atitudes imperialistas eram igualmente criticadas pelo jornal carioca, como no caso de desenho no qual acusava os alemães de terem desejos indevidos quanto às possessões coloniais lusas na África, estando prontos, quais assaltantes a arrombarem aquele "cofre"121. A insinuação de que os padres estariam a adotar práticas terroristas para combater a nova república ficava mais uma vez demarcada em desenho no qual eles estariam adorando uma "nova santa", que correspondia à "dinamite", de modo que, com tal munição, estariam prontos a eliminar os "livres pensadores" 122.

-

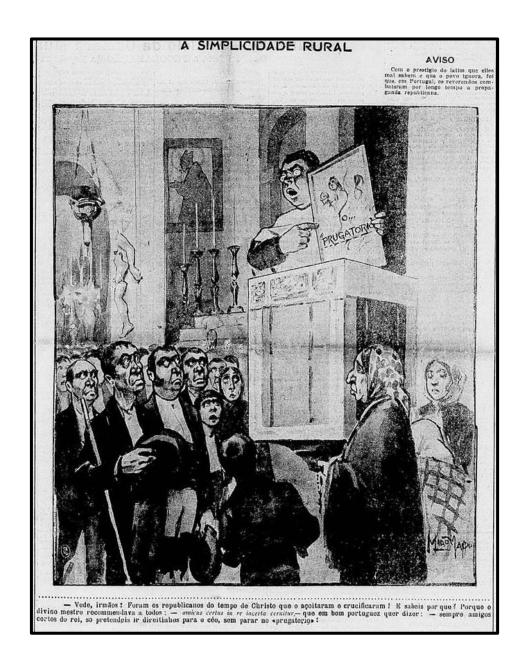
<sup>&</sup>lt;sup>118</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 10 out. 1910.

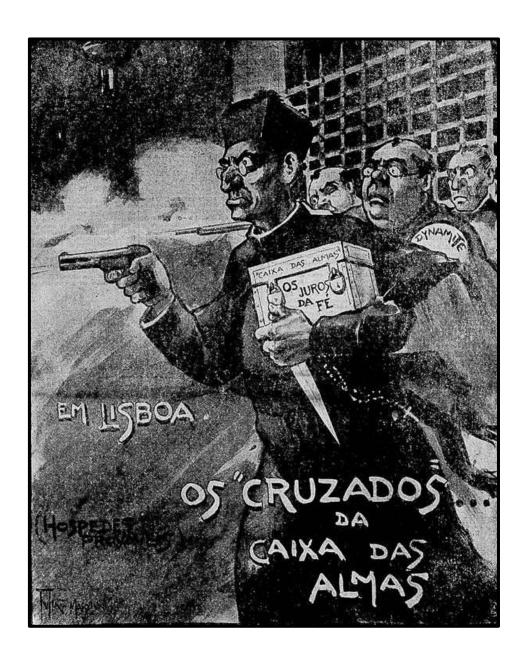
<sup>&</sup>lt;sup>119</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 11 out. 1910.

<sup>120</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 12 out. 1910.

<sup>121</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 13 out. 1910.

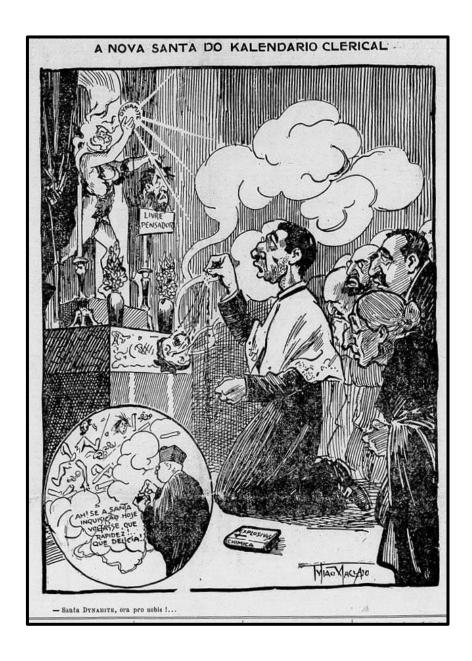
<sup>122</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 14 out. 1910.











A tradicional prática da tourada, comum nos países ibéricos, foi também utilizada nas representações do País, como ao mostrar a "revolução" como um touro em fúria, que já derrubara o rei português e colocava em pânico o soberano espanhol, que se punha fugir, apavorado<sup>123</sup>. O clero voltou a ser alvo das críticas do periódico, aos mostrar vários membros da Igreja praticando "virtudes negras", dentre elas a "soberba", uma vez que eles não teriam compreendido a "humildade" cristã, a qual deveria ser direcionada não aos ricos e sim aos "simples" e "pobres"<sup>124</sup>. Uma outra caricatura mostrava um indivíduo que polia uma coroa e que se dizia despreocupado quanto à forma de governo, desde que conseguisse manter a sua posição social<sup>125</sup>. A postura da nobreza lusa buscando desvalorizar o movimento republicano, a partir de sua pouca expressão numérica foi uma versão combatida pelo jornal brasileiro por meio de uma representação imagética<sup>126</sup>. O aplauso à nova forma de governo lusitana foi demonstrado também pelo encontro das duas damas do barrete frígio que, como "duas repúblicas irmãs", saudavam-se efusivamente<sup>127</sup>. A república instalada no país ibérico era apresentada também como uma criança de colo, a qual seria apadrinhada pelo Brasil<sup>128</sup>. A moda também servia para uma comparação entre os tempos monárquicos e os republicanos<sup>129</sup>. Por ocasião do Dia de Finados, a

-

<sup>&</sup>lt;sup>123</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 17 out. 1910.

<sup>124</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 18 out. 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>125</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 21 out. 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>126</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 22 out. 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>127</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 24 out. 1910.

<sup>128</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 27 out. 1910.

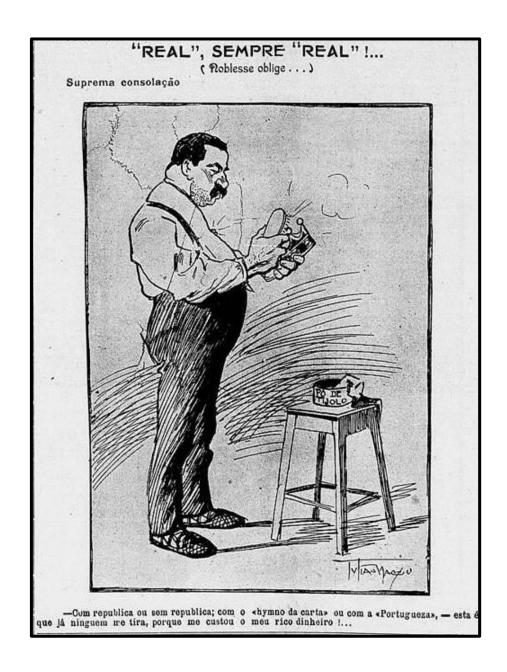
<sup>129</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 31 out. 1910.

dama republicana pranteava as "vítimas heroicas", que teriam perecido na luta em prol da "revolução portuguesa" <sup>130</sup>.



<sup>&</sup>lt;sup>130</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 2 nov. 1910.







surprehendeu o mundo inteiro. Entretanto, nada mais comprehensivel!

Os preponderantes basearam os seus calculos, semp a infaliveis, no nunero dos sebastianistas do Burro do Sr. alcande, que, como toda a gente sabe, são sete (apenas sele, a quem compete, etc., etc.). Ora, se sete se-bastianistas não conseguiram derruhar a "monarchia liberai", é logico (absolutamente logico, creiam!) que, para se chegar a esse "criminoso" resultado, basatava multiplicar cada um dos sebastianistas por dois repu-blicanos. Logo: 7×2=14. Nada mais simples.

E aqui està porque, tendo sido implantada a Republica Portugueza à custa de tanto sangue e tanto he-roismo-feitas as contas a bico de penna e tirada a "prova real"-só ha em Portugal 14 republicanos!...









A possível influência da vitória republicana na conjuntura lusa em relação ao vizinho ibérico foi mais uma vez abordada ao mostrar uma figura feminina que simbolizava a Espanha, que questionava a mulher-república portuguesa quanto ao custo do barrete frígio, ao que a interlocutora respondia que fora "bastante" oneroso, mas que a sua comodidade e utilidade teriam servido para que o "sacrifício" tivesse sido válido<sup>131</sup>. A emigração de clérigos portugueses, fugindo da nova forma de governo, e tendo por destino o Brasil foi demonstrada em caricatura, na qual um padre explicava que seus colegas estavam atravessando disfarçados o muro da República dos Estados Unidos do Brasil, ou seja, segundo a concepção da folha, de maneira ilícita, tal qual "invasores"<sup>132</sup>. Ainda acerca da transmigração dos religiosos, a publicação carioca tratava o tema chistosamente, ao apresentar a perspectiva de que os frades estariam se deslocando para o polo norte, vindo a conviver com a neve e com os ursos polares<sup>133</sup>. A dama republicana lusa recebendo um buquê de flores de um representante do governo britânico serviram para traduzir o reconhecimento da nova forma de governo por parte daquele "velho amigo" 134. A pouco amistosa recepção a militares lusitanos que visitavam o país, por parte de membros da colônia lusa no Brasil, adeptos do monarquismo, e as suas

<sup>&</sup>lt;sup>131</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 4 nov. 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>132</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 8 nov. 1910.

<sup>133</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 10 nov. 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>134</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 12 nov. 1910.

manifestações por meio de "a pedidos anônimos", foram vistas com olhar de ojerizada por parte do  $País^{135}$ .



<sup>&</sup>lt;sup>135</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 17 nov. e 20 nov. 1910.











Por outro lado, o diário carioca trazia uma montagem iconográfica contendo a dama republicana, associada à libertação da nação lusa, e retratos de personagens republicanos, aplaudindo a confraternização luso-brasileira promovida pelos integrantes da colônia lusa adeptos do republicanismo<sup>136</sup>. Em outra caricatura, enquanto um padre esforçava-se para expulsar o demônio, a dama republicana promovia o expurgo de um nobre defensor dos princípios monárquicos<sup>137</sup>. A mulher-república assumia o papel de professora, que ensinava as crianças, servindo a cena para elogiar a ação de um industrial português que oferecera ao governo um edifício para a instalação de uma escola<sup>138</sup>. Outra manifestação elogiosa por meio da arte caricatural deu-se no enaltecimento à ação policial ao coibir a entrada no país dos "falsos padres" oriundos de Portugal<sup>139</sup>. A identificação da identidade político-ideológica dos cidadãos por meio do uso ou não de barba e bigode era motivo de gracejo de parte da folha<sup>140</sup>. Também pelo prisma jocoso, o periódico tratava da concessão de comendas aos membros da colônia lusa que apoiaram a mudança da forma de governo em seu país natal<sup>141</sup>. No sentido oposto, censurava a ação dos defensores do monarquismo presentes na mesma colônia, acusados como "delirantes" e "patológicos" diante do fato consumado<sup>142</sup>.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>136</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 23 nov. 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 7 dez. 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>138</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 9 dez. 1910.

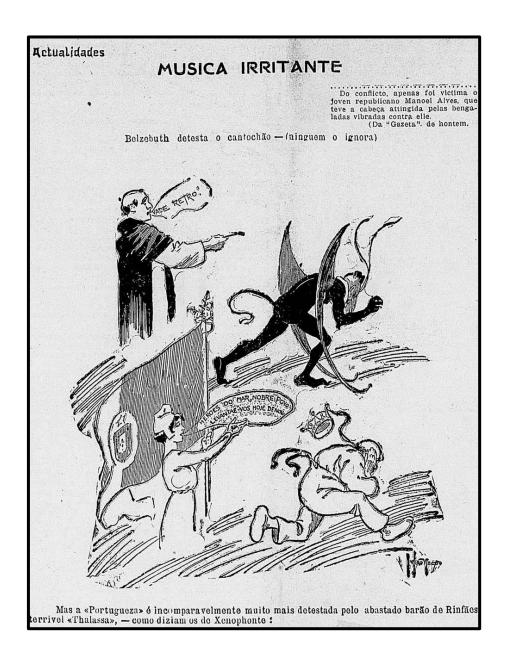
<sup>&</sup>lt;sup>139</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 23 dez. 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>140</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 30 dez. 1910.

<sup>&</sup>lt;sup>141</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 3 jan. 1911.

<sup>&</sup>lt;sup>142</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 4 jan. 1911.







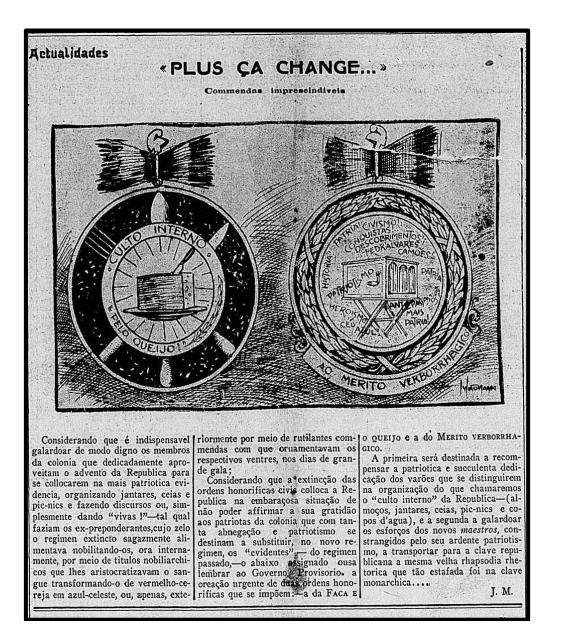
Noticiou o telegrapho que o Sr. conde de Agrolongo, o opulento industrial portuguez tão conhecido no centro commercial desta praça, offereceu ao governo da Republica do seu paiz um excellente edificio, para o fim de ahi ser instalada uma instituição de ensino.

Por este acto bom, provou o illustre capitalista duas coisas verda deiramente admiraveis neste momento: primeira, não considera o seu paiz propriedade roubada ao rei deposto, — segunda, ao receber das magestades ex-fidelissimas o titulo de conde, não se julgou dispensado de raciocinar...



Gesto da policia applicado aos falsos padres, attendendo a que authenticos (embora não garantidos), já por cá os ha em demasia !...







A oposição entre os integrantes da colônia lusa de matiz republicano e monárquico levou o caricaturista que ilustrava as páginas do país a expressar uma "explicação necessária", demarcando sua postura, acompanhada de desenho em que empunhava um crayon de duas pontas, cada uma delas contendo um dos representantes daqueles segmentos<sup>143</sup>. O anticlericalismo voltava à baila, com a presença de um padre que agrilhoava a dama republicana a um poste identificada com a "campanha de descrédito" que os religiosos buscavam lançar em direção à nova forma de governo<sup>144</sup>. Os republicanos de última hora, ou seja, os aderentes que se manifestaram após o fato consumado, eram apresentados como um dos males do novo regime, aparecendo como "bichos" que assolavam um barrete frígio<sup>145</sup>. A visão crítica do jornal foi também lançada em relação aos grupos que tentavam arrecadar fundos para o rei português decaído, não dando crédito à versão de que ele estaria até mesmo a passar fome<sup>146</sup>. A negativa de lista civil e adiantamentos foi vislumbrada pelo jornal como um momento de "tempos avessos" aos monarcas, incluindo dentre eles o próprio Rei Momo<sup>147</sup>. A boa recepção a um emissário do governo republicano luso no Rio de Janeiro foi representada pela presença da dama do barrete frígio que trazia em mãos as duas "metades do mesmo coração", em referências às repúblicas brasileira e portuguesa<sup>148</sup>.

-

<sup>&</sup>lt;sup>143</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 7 jan. 1911.

<sup>&</sup>lt;sup>144</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 14 jan. 1911.

<sup>&</sup>lt;sup>145</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 24 jan. 1911.

<sup>&</sup>lt;sup>146</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 30 jan. 1911.

<sup>&</sup>lt;sup>147</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 4 fev. 1911.

<sup>&</sup>lt;sup>148</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 9 fev. 1911.

# Actualidades EXPLICAÇÃO NECESSARIA

O autor desta secção, tão longa- ella distinguido com cartas anony- nunca tentou penetrar os mysterios | mente ignorado pela colonia (que— mas e apedidos que, apesar de inso-é evidente!—não podia dispensar a lentes, muito o têm lisonjeado, sua austera attenção a um pobre diabo de pinta-monos profissional, o qual—para mais! — nunca cuidou de cultivar, nem pela lisonja, nem por manifestações patrioticas, a protectora sympathia dos "preponderantes") — tem sido ultimamente por lentes, muito o tem insonjeado.

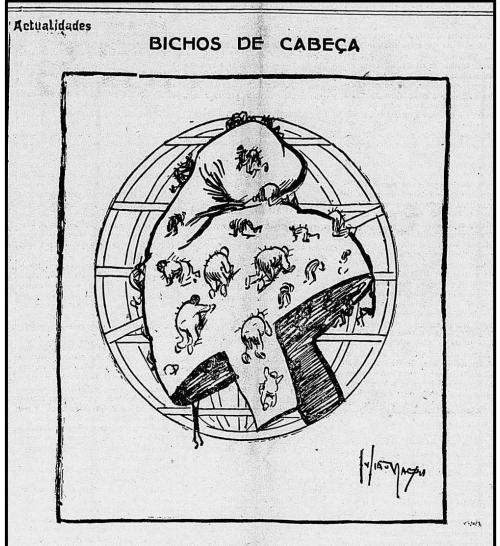
Entendendo, porém, que é descabida a attenção que lhe é dispensada —porque o julgam ora republicano, ora monarchico, — ao autor desta secção parece ser opportugo declarar, para os devidos effeito, que—por principio de hygiene mental —

da POLITICA e que, considerando-se, portanto, absolutamente ignorante sobre tão alevantado assumpto, reconhece-se incapaz de adquirir uma opinião segura (e que lhe valha a pena de exhibir), sobre a melhor fórma de governar os homens, em geral e em particular os mescidos. geral, e, em particular, os nascidos em terra portugueza.

Por este motivo, o autor desta secção solicita aos senhores membros

JULIAO MACHADO.





— Um barrete phrygio novo, estreiado apenas no dia 5 de outubro do anno passado e já tão cheio de bichos?!...
— São os que estavam na corôa... Adheriram! Os bichos de cabeça adherem com tal facilidade, que ha quem affirme qu: elles têm azas!...







## FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Levando em conta o ambiente carnavalesco, em uma situação hipotética, o periódico brincava com a situação dos clérigos portugueses emigrados para o Brasil, havendo um deles que buscava se justificar diante de um policial, que o julgava como portador de uma fantasia condenada, tendo o religioso muito trabalho para provar que não estava fantasiado, não obtendo sucesso em seu intento<sup>149</sup>. O Zé Povinho – tradicional representação do povo português – mostrava-se delirante, mas contava com os cuidados da dama republicana, que tratava os excessos provocados por uma "febre demagógica" 150. Em outra caricatura, a mulher-república passava uma descompostura em um "fidalgo" monarquista<sup>151</sup>. O "conspirador monárquico" era também apresentado como um traidor que, à mão armada e movido pelos interesses financeiros e pelo integrismo ao capital internacional, atentava contra a própria nação, aproveitando-se da "tolerância" com a qual contava em meio à sociedade brasileira<sup>152</sup>. Buscando colocar as coisas "em pratos limpos", por meio da arte caricatural, o periódico justificava sua postura crítica quanto aos membros da colônia portuguesa no Rio de Janeiro que insistiam em defender a forma de governo decaída<sup>153</sup>. Daí em diante, até que se completasse o primeiro semestre da passagem do 5 de outubro de 1910, as referências à nova república não se fizeram mais presentes, como um sinal da abordagem menos expressiva que dali em diante teria o tema.

=

<sup>&</sup>lt;sup>149</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 16 fev. 1911.

<sup>&</sup>lt;sup>150</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 21 fev. 1911.

<sup>151</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 24 fev. 1911.

<sup>152</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 3 mar. 1911.

<sup>153</sup> O PAÍS. Rio de Janeiro, 16 mar. 1911.





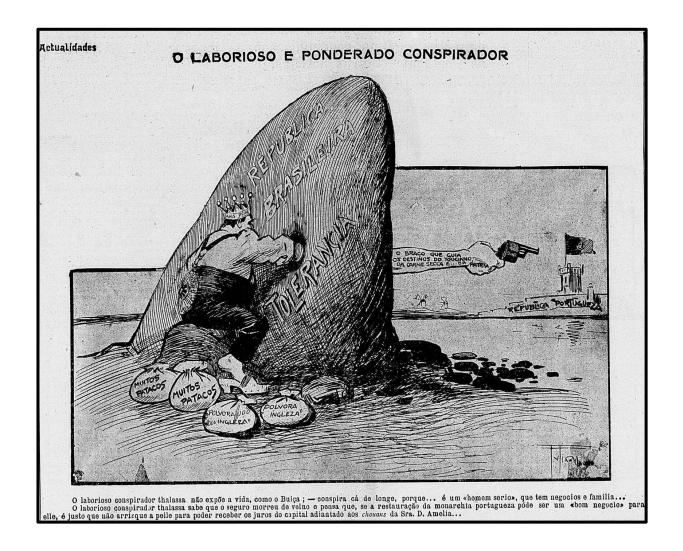
# Actualidades

OPINIÕES... OU AS LIGAS PARA A RESTAURAÇÃO DA MONARCHIA EM PORTUGAL

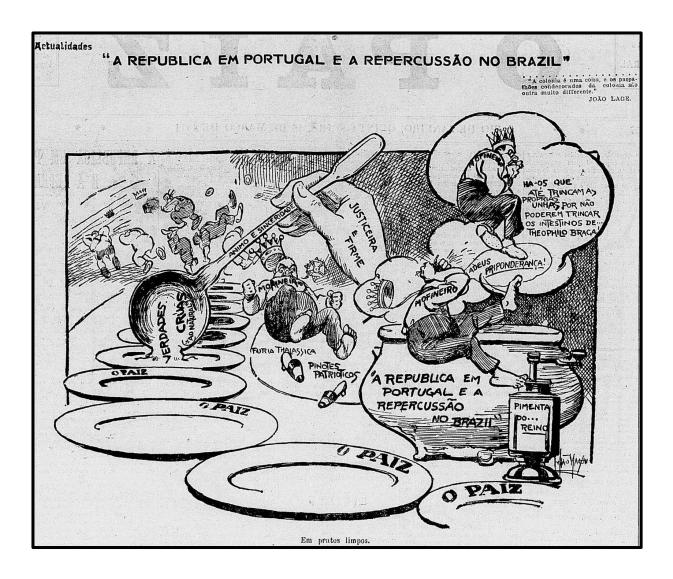


A REPUBLICA—Ouça cá, meu fidalgo, é preciso ser coherente!... Se o fidalgo tem expulsado do seu estabelecimento todos os empregados que suspeitou de republicanos, com que direito pretende que eu tolere a propaganda monarchista que o fidalgo faz no meu proprio territorio?

O Fidalgo (casmurro)—Estou ou não estou numa Republica? Para que servem, então, as republicas, se cada qual não póde fazer o que quer sem dar satisfações a ninguem?...



# OLHARES ENTRECRUZADOS: A REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL SOB O PRISMA DA IMPRENSA



Dessa maneira, *O País* buscou desempenhar a contento o seu papel de publicação republicana, que tivera um papel preponderante na mudança da

## FRANCISCO DAS NEVES ALVES

forma de governo no Brasil e, a partir de 1910, buscaria ser o mensageiro daquelas que seriam consideradas como boas novas, bem como intentaria agir como um advogado de defesa da causa republicana que se tornara vitoriosa em Portugal. As manchetes, os editoriais, as notícias, as notas, as transcrições e, enfim, o conjunto de construção textual teve um papel preponderante na expressão da opinião do jornal, mas isso não diminuiu o papel das representações imagéticas publicadas pelo diário. Na maior parte das vezes utilizando-se da estratégia do caráter joco-sério da arte caricatural, o periódico buscou o convencimento do seu público leitor por meio do olhar crítico, do humor, do gracejo, da ironia, da sátira e do sarcasmo, para demarcar suas convicções político-ideológicas. Por outro lado os desenhos em seu conteúdo alegórico, simbólico e/ou concreto e literal serviram para enaltecer a transformação ocorrida na conjuntura lusa. Nesse sentido, a imagem teve um papel essencial no convencimento dos consumidores do jornal, garantindo ao *País* a continuidade de sua categorização como um arauto do republicanismo.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.













IBSN: 978-65-5306-064-7